

José Jaime da Silva

**Pobreza e Desenvolvimento Econômico no Nordeste do Brasil sob a visão de
Privação de Liberdade**

Caruaru

Julho/2012

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE - CAA
CURSO: Ciências Econômicas

**Pobreza e Desenvolvimento Econômico no Nordeste do Brasil sob a visão de
Privação de Liberdade**

José Jaime da Silva

Cynthia Xavier de Carvalho
(Orientadora)

Caruaru

Julho/2012

Catálogo na fonte

S586p Silva, Jose Jaime da .

Pobreza e desenvolvimento econômico no nordeste do Brasil sob a visão de privação de liberdade / José Jaime da Silva. – Recife: O autor, 2012.

70f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Cynthia Xavier de Carvalho.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA. Economia, 2012.

Inclui bibliografia.

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE - CAA
CURSO: Ciências Econômicas

**Pobreza e Desenvolvimento Econômico no Nordeste do Brasil sob a visão de
Privação de Liberdade**

Trabalho apresentado como requisito
indispensável para a graduação em
Ciências Econômicas

José Jaime da Silva

Cynthia Xavier de Carvalho

(Orientadora)

Julho/2012



Universidade Federal de Pernambuco
Centro Acadêmico do Agreste
Departamento de Economia

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos 31 dias do mês de julho do ano de dois mil e doze reuniu-se a banca examinadora composta pela professora Dr(a) Cynthia Xavier de Carvalho (orientadora), do Departamento de Economia da UFPE/CAA, e pelos professores avaliadores Msc. Diogo Carvalho Bezerra, Msc. Marcio Miceli Maciel de Sousa do curso de Economia da UFPE/CAA, para examinar a Monografia do curso de Graduação em Economia intitulada "Pobreza e Desenvolvimento Econômico no Nordeste do Brasil sob a visão de Pobreza e Desenvolvimento como Privação de Liberdade" do aluno José Jaime da Silva, matrícula nº 071.589.544.39. O aluno foi avaliado e a banca resolveu aprovar com a média final de 9,5.

Caruaru, 31 de julho de 2012.

Professor (a) orientador (a)

Professor (a) convidado (a) (Avaliador)

Professor (a) convidado (a) (Avaliador)

AGRADECIMENTOS

Aproveito este espaço para agradecer a todas as pessoas e instituições que, direta ou indiretamente, me apoiaram e me incentivaram na construção deste trabalho.

Gostaria de agradecer aos meus pais que, de certa forma, me incentivaram a ser curioso. Aos meus amigos que deram apoio moral e intelectual, principalmente aos que conheci na universidade: *Tiago José, Poliana Duarte, Kelly Samá, Daniella Alice e Bruno Tadeu.*

Dentre as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho agradeço particularmente a minha amiga *Maria Tereza* que mesmo distante deu grande apoio nas tomadas de decisões iniciais e por ouvir minhas ideias.

Agradeço em especial a minha orientadora, a atenciosa Dr.^a *Cynthia Xavier*, por apresentar-me as ideias de Amartya Sen e por me acompanhar indicando caminhos a seguir durante a elaboração deste trabalho. Agradeço ao estimado Professor *Diogo Bezerra* pela ajuda na parte econométrica.

A liberdade tem mil encantos para mostrar
Que os escravos, por mais satisfeitos, nunca conhecerão.

William Cowper.

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a pobreza no Nordeste sob o conceito de privação de capacidade de Amartya Sen. Os apontamentos de Sen sobre desenvolvimento como liberdade e pobreza como privação de capacidade guiam a análise deste trabalho. Este conceito leva em conta a multidimensionalidade da pobreza. Foram levantadas três hipóteses: que a distribuição de renda é negativamente afetada pela privação de capacidade; que existem determinantes da pobreza que a análise pela renda deixa de fora e apesar do aumento da renda a pobreza de capacidade continua existindo. Foi testada a relação entre desenvolvimento e desigualdade da curva de Kuznets. Para confirmar essas hipóteses e alcançar os objetivos foram utilizados dados do IBGE, DATASUS, IPEA e PNUD. Como resultado tem-se um cenário de pobreza mais problemático do que o visto pela análise exclusiva da renda. Existe pobreza de capacidade em regiões consideradas desenvolvidas como o Sudeste e no Nordeste a situação é pior. A dinâmica da pobreza e desigualdade é agravada pela privação de capacidade no Nordeste e políticas emergenciais, no caso da seca, que não tem ampliado a capacidade da população afetada. O fenômeno da favelização dos centros urbanos demonstra como a falta de oportunidades sociais tem deixado essa população com alto nível de pobreza de capacidade além das condições de vida desses moradores, evidenciar a privação de vários outros tipos de capacidades. O trabalho aponta para a inter-relação entre os vários tipos de liberdade que são privados dessa população, assinalando para a redução destas em conjunto e não individualmente.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico, pobreza, liberdade, capacidades, Kuznets.

Abstract:

The objective of this work is to analyze poverty in the Northeast under the concept of capability deprivation of Amartya Sen. Sen notes on development as freedom and poverty as capability deprivation guide the analysis of this work. This concept takes into account the multidimensionality of poverty. We raised three hypotheses: that the income distribution is negatively affected by capability deprivation, that there are determinants of poverty analysis that leaves out the income and despite the increase in income poverty capacity continues to exist. Was tested the relationship between development and inequality of the Kuznets curve. To confirm these hypotheses and achieve the goals we used data from IBGE, DATASUS DATE IPEA and UNDP. As a result there has been a backdrop of poverty more problematic than is seen by the analysis of exclusive income. There is poverty of capacity in regions that developed as the Southeast and Northeast the situation is worse. The dynamics of poverty and inequality is compounded by the withdrawal of capacity in the Northeast and political emergency in case of drought, which has expanded the capacity of the affected population. The phenomenon of slums in urban centers demonstrates the lack of social opportunities has left the population with a high poverty level of capacity beyond the living conditions of residents show the deprivation of various other capacities. The work points to the interrelationship between the various types of freedom that people are deprived of this signaling to reduce these together and not individually.

Keywords: Economic development, poverty, capabilities, Kuznets.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES (GRÁFICOS E TABELAS)

Tabela 1 – Evolução do índice de Gini nas 5 Regiões e no Brasil – 2001 a 2009.....	14
Gráfico 1. – Evolução da taxa de pobreza nas 5 Regiões e no Brasil – 1990 a 2009.....	15
Tabela 2 – Evolução da taxa de pobreza nas cinco Regiões e no Brasil – 2001 a 2009.....	15
Gráfico 2 – Evolução do índice de Theil nas 5 Regiões e no Brasil – 1990 a 2009.....	16
Tabela 3 – Evolução do índice de Theil nas cinco Regiões e no Brasil - 2001 a 2009.....	16
Tabela 4 - Lista de Dados.....	19
Tabela 5 - Linhas de Pobreza Estimadas para cada Região utilizadas pelo Ipea.....	24
Tabela 6 - Renda per Capita (mensal) por grupos – 2000.....	33
Tabela 7 - Razão entre médias do rendimento mensal total nominal das pessoas de 10 anos ou mais de – 2010.....	33
Tabela 8 - Programa Bolsa Família (PBF) - número de benefícios em dezembro – 2004 a 2011.....	36
Tabela 9 - Programa Bolsa Família (PBF) - Gasto médio por benefício número de benefícios em dezembro – 2004 a 2011.....	37
Tabela 10 - Evolução do Índice de Gini, segundo as Regiões - 1985/2006.....	42
Tabela 11 – Migração ou Variação da população rural- urbana – 1991 a 2000.....	45
Tabela 12 - Migração ou Variação da população rural- urbana em municípios com alta densidade demográfica. – 2000 a 2010.....	46
Tabela 13 – Variação da População por Unidade da Federação entre 1991-2000 e 2000-2010.....	48
Tabela 14 - Densidade demográfica e condições de vida da população nos municípios mais populosos – 2000.....	49
Tabela 15 – Densidade demográfica, número de aglomerados subnormais e população vivendo em aglomerados subnormais – 2010.....	51
Tabela 16 – Condições de vida da população vivendo municípios de alta densidade demográfica – 2010.....	53
Tabela 17 - Esperança de vida ao nascer por grupos – 1991 e 2000.....	55
Tabela 18 – Taxa de Mortalidade por cor/raça no Brasil - 2009.....	55
Tabela 19 - Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas por grupos – 2000.....	56

Tabela 20 – Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas - 2009.....	57
Tabela 21 - Mortalidade até 5 anos de idade no Brasil e Regiões por grupos – 2000.....	58
Tabela 22 - Taxa de mortalidade em menores de cinco anos – 2000-2008.....	58

Sumário

Introdução	12
Capítulo I – Caracterização do Problema e Metodologia.....	14
1.1 Como a pobreza é entendida	14
1.2 Metodologia e Hipóteses	19
1.2.2 Método de análise e Hipóteses de trabalho	20
1.2.3 Curva de Kuznets	20
1.2.3.1 Variáveis Utilizadas	21
Capítulo II – Referencial analítico	22
2.1 Conceitos de Pobreza e Qualidade de vida	22
2.1.1 Pobreza segundo Amartya Sen.....	25
2.2 Contradições do Sistema de Mercado (Capitalista)	27
2.3 Síntese: relação entre pobreza e desenvolvimento	30
Capítulo III – Análise da Pobreza de Capacidades	32
3.1 Delimitadores de Capacidades no Nordeste.....	32
3.2 Políticas de combate à pobreza (de renda).....	34
3.2.1 O Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	34
3.2.2 O Programa Bolsa Família (PBF)	35
3.3 Secas no Nordeste	39
3.4 Migração, Favelização e Privação de Capacidade no Nordeste.....	43
3.5 Outros indicadores de pobreza real e comparações entre as regiões.....	54
Considerações Finais.....	59
ANEXO - A.....	62
Referências Bibliográficas	67

Introdução

O problema básico desta monografia é conhecer a situação da pobreza no Nordeste sob a ótica da privação de capacidades de Amartya Sen. A pobreza é um conceito econômico que tem ganhado mais espaço no meio acadêmico nas últimas décadas, assim como o reconhecimento da sua importância para o desenvolvimento socioeconômico de uma nação. A concentração da população brasileira em condições de vida precárias na região estudada torna relevante o aprofundamento dos determinantes dessas condições e das ações que o governo têm feito no intuito de resolvê-la ao longo do tempo. A existência de dados e documentos abordando o tema também ajuda no seu estudo.

Muito embora a renda seja utilizada como medida de pobreza, no presente trabalho será usado o conceito de privação de liberdades reais de Amartya Sen. A expectativa de vida ao nascer, por exemplo, mostra a liberdade de viver até uma idade madura, que no Nordeste fica quase três anos abaixo da média do Brasil, bem como a mortalidade infantil estava em um pior nível no Nordeste que o do restante do Brasil. Problemas regionais como as eventuais secas causam agravamento de êxodo rural e aumento do desemprego nas cidades, além da formação de favelas ao redor de grandes centros urbanos. A mortalidade infantil e a baixa expectativa de vida reduz a liberdade de viver até uma determinada idade e o analfabetismo reduz a capacidade de se informar e arrumar empregos mais qualificados que melhoram suas oportunidades sociais e de emprego. Supõe-se que exista uma interdependência entre educação e redução da mortalidade infantil, assim como melhoria da expectativa de vida.

Esses dados socioeconômicos entre outros são tratados por políticas que visam reduzir esses problemas específicos e não a pobreza do ponto de vista de privação de capacidades (problema mais amplo). A visão de problemas como estes, do ponto de vista não apenas do suprimento da renda financeira, é um caminho alternativo para solução dos problemas sociais que agravam o Nordeste. O principal objetivo desta monografia é analisar a pobreza no Nordeste sob a ótica da privação de capacidades de Amartya Sen, estando implícita a revisão da literatura de Amartya Sen sobre este tema. Esse objetivo foi dividido em três objetivos específicos:

- Expor dados sobre o Nordeste analisando-os criticamente em face da teoria de Amartya Sen;
- Fazer comparações com outras regiões analisando as semelhanças e disparidades;
- Analisar Políticas públicas de combate à pobreza e de combate à seca destacando a ampliação ou redução de capacidade dos beneficiários.

Esta monografia é composta de quatro capítulos por meio dos quais serão expostos, analisados e discutidos dados empíricos e teorias relativas à pobreza em suas várias manifestações e formas de compreensão no intuito de alcançar os objetivos propostos. Além desta introdução seguem três capítulos e a conclusão do trabalho. No Capítulo I será abordada a situação atual da pobreza tanto no Brasil como no Nordeste e como o problema vem sendo tratado e a metodologia utilizada. No capítulo seguinte será apresentada a revisão da literatura sobre a pobreza assim como o referencial analítico eleito para o tratamento dos resultados do trabalho. No Capítulo III serão apresentados e discutidos os resultados empíricos dos dados sobre a pobreza na região estudada. Neste capítulo também serão discutidas as causas e a evolução de problemas característicos da região e serão feitas comparações entre a região estudada e outras regiões do país. Em seguida consta a conclusão deste trabalho destacando os principais resultados e pontos cruciais. Como complemento apresenta-se dados estatísticos trabalhados a partir da Curva de Kuznets.

Capítulo I – Caracterização do Problema e Metodologia

1.1 Como a pobreza é entendida

Para conhecer melhor a problemática levantada, vale expor alguns dados. Segundo informações do IPEA 60% da população do Nordeste foram considerados pobres em 2000¹. O equivalente a 28,6 milhões de pessoas ou 16,8% da população do Brasil está no Nordeste e é considerada pobre. O índice de Gini² que mede a desigualdade de renda mostra que a desigualdade é maior no Nordeste (0,558) e Centro-oeste (0,560) que no Brasil (0,543) e bem maior que na região Sudeste (0,511) e Sul (0,491). Ver tabela 1.

Tabela 1 – Evolução do índice de Gini nas cinco Regiões e no Brasil – 2001 a 2009.

	1990	1995	2001	2005	2007	2009	Variação (1990-2009)
Região Centro-oeste	0,611	0,585	0,598	0,577	0,574	0,56	-8,30%
Região Norte	0,583	0,584	0,565	0,529	0,533	0,523	-10,40%
Região Nordeste	0,626	0,604	0,6	0,571	0,566	0,558	-10,80%
Região Sul	0,577	0,565	0,548	0,515	0,505	0,491	-14,90%
Região Sudeste	0,577	0,567	0,568	0,543	0,524	0,511	-11,50%
Brasil	0,614	0,601	0,596	0,569	0,556	0,543	-11,60%

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

O gráfico 1 e tabela 2 mostra que a pobreza se concentra nas regiões Norte (32,5%) e Nordeste (39,6%) e, apesar da redução da proporção de pobres ao longo do tempo (últimos 19 anos), a concentração das altas taxas de pobreza ainda está nas regiões Norte e Nordeste, estando com taxas maiores que a do Brasil (21,4%)..

¹ A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS PNAD/IBGE.

² Será definido no subitem 1.2.3.1.

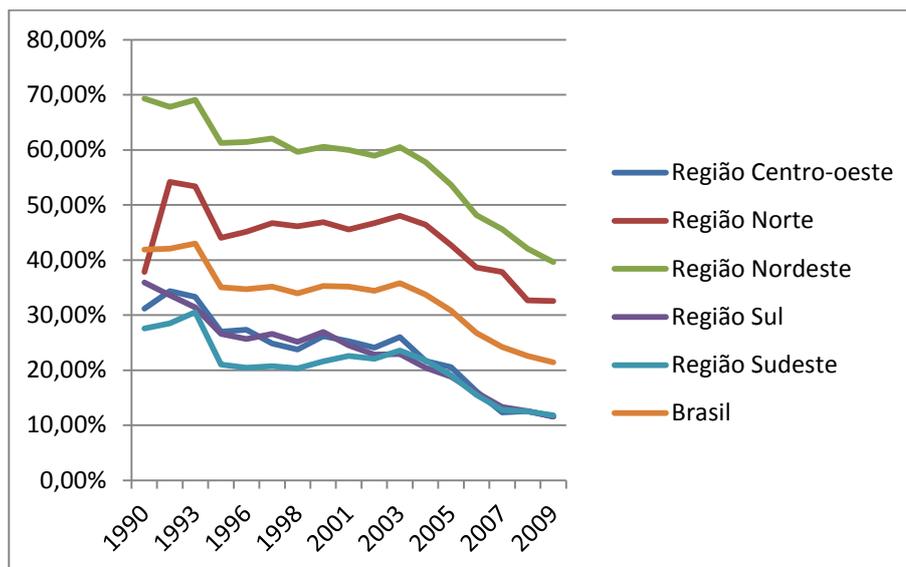


Gráfico 1. – Evolução da taxa de pobreza nas 5 Regiões e no Brasil – 1990 a 2009.
Fonte: elaboração do autor baseada nos dados da Pnad/IBGE.

Tabela 2– Evolução da taxa de pobreza nas cinco Regiões e no Brasil – 2001 a 2009.

	1990	1995	2001	2005	2007	2009	Varição (1990-2009)
Região Centro-oeste	31,20%	27,00%	25,30%	20,60%	12,40%	11,60%	-0,62809
Região Norte	37,90%	44,00%	45,50%	42,70%	37,90%	32,50%	-0,14052
Região Nordeste	69,30%	61,30%	60,00%	53,70%	45,60%	39,60%	-0,42826
Região Sul	35,90%	26,60%	24,50%	18,80%	13,30%	11,60%	-0,67807
Região Sudeste	27,60%	21,00%	22,60%	19,10%	12,80%	11,80%	-0,57122
Brasil	41,90%	35,10%	35,20%	30,80%	24,20%	21,40%	-0,48903

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

O índice de desigualdade de Theil³ apresenta queda no mesmo período e ainda deixa semelhante posicionamento entre as regiões, com o Nordeste apresentando o índice de 0,666 e o Centro-oeste, 0,665, acima dos índices do Brasil, que foi de 0,597. A região Sudeste e Sul apresentam os menores índices do país, com 0,528 e 0,479 respectivamente. Segundo Caldas (2010) o grande crescimento desse índice no ano de 2006 pode ser explicado pelo aumento, principalmente no estado de Alagoas, do total de pessoas ocupadas. No entanto, uma redução do percentual de pessoas ocupadas, ou seja,

³ O índice de Theil também é uma medida da distribuição de renda. Mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica das rendas individuais, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo. Para seu cálculo, excluem-se do universo os indivíduos com renda domiciliar *per capita* nula. Disponível em: http://www.pnud.org.br/atlas/di/Lista-indicadores_do_Atlas.htm

aumento de população desocupada e o próprio crescimento contribuíram para a elevação do índice de desigualdade de Theil em 2006. Outro fator que contribui para o aumento no Nordeste (e também em Alagoas) é a diferença educacional entre grupos, sendo responsável por quase de 30% (Caldas, 2010).

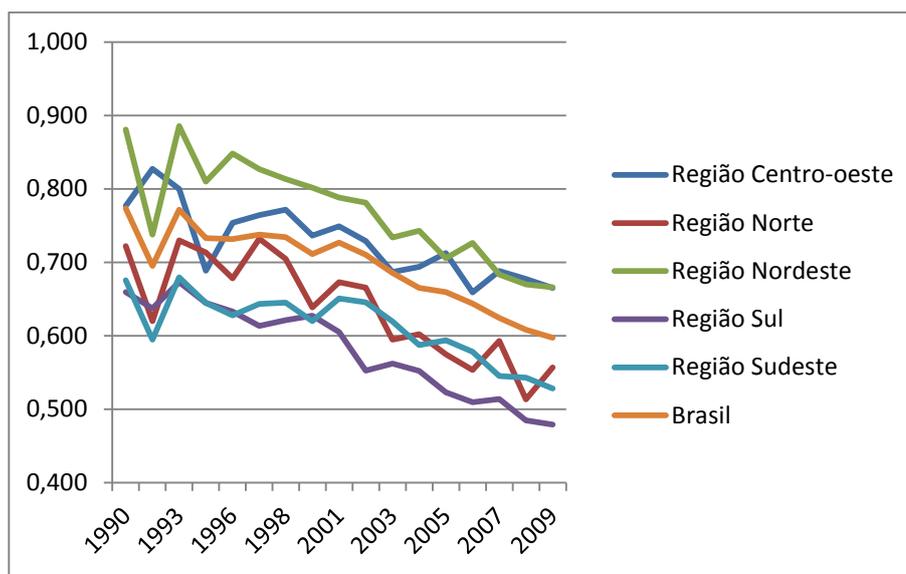


Gráfico 2 – Evolução do índice de Theil nas 5 Regiões e no Brasil – 1990 a 2009.

Fonte: elaboração do autor baseada nos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) - PMP0

Tabela 3 – Evolução do índice de Theil nas cinco Regiões e no Brasil- 2001 a 2009.

	1990	1995	2001	2005	2007	2008	2009	Variação
Região Centro-oeste	0,777	0,689	0,749	0,713	0,688	0,677	0,665	-14%
Região Norte	0,722	0,713	0,673	0,575	0,593	0,513	0,557	-23%
Região Nordeste	0,881	0,810	0,788	0,706	0,683	0,670	0,666	-24%
Região Sul	0,660	0,645	0,605	0,523	0,514	0,484	0,479	-27%
Região Sudeste	0,676	0,645	0,651	0,594	0,545	0,543	0,528	-22%
Brasil	0,773	0,733	0,727	0,659	0,624	0,608	0,597	-23%

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Até o momento (no caso 2009) a tendência do Nordeste é que a pobreza e desigualdade sejam reduzidas, ou seja, que a taxa de pobreza de renda diminua e a desigualdade na distribuição de renda também diminua. Podemos perceber que a redução desses índices teve maior aceleração a partir da adoção de políticas públicas (como o Programa Bolsa Família) no ano de 2003. No entanto pode-se supor que tais índices tenham uma redução mais rápida quando estão em patamares mais elevados.

Partindo do princípio do crescimento econômico de que é mais fácil um país menor apresentar altas taxas de crescimento de início do que um país rico (JONES, 2000), do mesmo modo os índices de pobreza e desigualdade mais elevados se reduzem com mais facilidade e mais rápido quando estão em patamares mais elevados. Por exemplo, a taxa de pobreza (ou proporção de pobres) quando elevada pode ter um grupo que mesmo abaixo da linha de pobreza está muito próximo da linha, então um pequeno aumento em sua renda os retira da situação de pobreza fazendo com que uma política de criação de empregos ou transferência de renda não muito dispendiosa para os gastos do governo melhore rapidamente esses índices, restando pessoas que tem uma insuficiência de renda⁴ maior. Isto explica a grande variação (redução) nos índices de pobreza e desigualdade no Norte e Nordeste.

A economia da região Nordeste se destaca na agricultura e desta a cana-de-açúcar é o principal produto agrícola, produzido principalmente por Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Outras culturas como soja, algodão, tabaco, etc. também são cultivadas em toda região. Predomina no Semiárido, a agricultura de subsistência, prejudicada, pelas constantes estiagens. Assim como a principal atividade pecuária, criação de gado bovino, também é prejudicada. No entanto outro fator que vem a agravar a situação econômica e social do Nordeste é a concentração de renda e de terras. No estado do Maranhão a renda se concentra na região litorânea e próxima da capital (São Luís) essa tendência se dá pelo grande litoral que o estado possui dando vantagens em atividades de pesca e turismo⁵. Pelos dados censitários em 1960, 1% dos proprietários de terras eram donos de 47% das terras agrícolas do Brasil (Pomponet, 2009 apud Guimarães, 1981). A concentração de terras no Nordeste segundo o Censo Agropecuário de 2006 apresenta o seguinte panorama: 5,0% dos proprietários de estabelecimentos são donos de 68,4% do total das áreas dos estabelecimentos agropecuários.

Tanto a concentração de terras como a também a concentração de renda fazem com que o desenvolvimento econômico e os benefícios deste desenvolvimento realizem-se em determinadas regiões, como as capitais e regiões metropolitanas que no Nordeste se localizam no litoral e quase não afetando o interior dos estados do

⁴A insuficiência de renda de um pobre é definida como “o montante que falta para que sua renda atinja a linha de pobreza” (Hoffmann, 1998).

⁵ A densidade populacional também é maior na Região Metropolitana de São Luís.

Nordeste. Tal fato evidencia o atraso na redução dos índices de pobreza e desigualdade de renda na região Nordeste, bem como a dinâmica de industrialização que se dá na região. Como aponta Gremaud sobre a evolução da concentração de renda e terras no país:

O que explica esta má distribuição de renda no Brasil e esta evolução perversa nas últimas décadas [*da década de 1970 a 1990*]? Por um lado, há as condicionantes históricas que não podem ser esquecidas. Durante 300 anos, houve escravismo no país e, quando os escravos foram finalmente libertados, sua situação socioeconômica era precária. Na colônia, as terras foram distribuídas em grandes latifúndios, aos quais poucos tiveram acesso, e isso não foi reformulado depois da independência ou da proclamação da república, de modo que ainda hoje a estrutura agrária brasileira é fortemente concentrada (Gremaud, 2006, pp. 95-6).

A industrialização do Nordeste ao longo das últimas décadas é mais forte e diversificada em regiões metropolitanas como a do Recife, a de Salvador e a de Fortaleza. Enquanto o interior apresenta alguns polos de industrialização como o polo gesseiro (PE), o polo de confecções formado por várias cidades principalmente Caruaru, Santa Cruz e Toritama em Pernambuco que são as maiores produtoras confecções do Nordeste⁶. Campina Grande se destaca com a extração mineral e a produção de softwares para exportação. Feira de Santana tem um respeitável e diversificado setor de comércio e serviços, além de indústrias alimentícias.

No entanto são apenas focos de desenvolvimento no interior do Nordeste onde foram criadas alternativas econômicas para os antigos e vulneráveis meios de obtenção de renda da região. Evidenciando que apesar de ter os índices de pobreza e desigualdade reduzidos ao longo das últimas duas décadas ainda apresenta índices como concentração de terras em altos níveis e políticas públicas que não resolveram os problemas socioeconômicos da região como um todo. O IPEA destaca uma correlação entre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a “territorialidade” de um instrumento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) revelando uma relação positiva entre os gastos do PAC e as regiões (e sub-regiões dentro de cada estado) mais ricas, enquanto apresenta uma relação negativa com as sub-regiões de baixa renda no Nordeste. E enfatiza que não há garantia que tais investimentos no longo prazo vão transbordar para as sub-regiões de baixa renda. O coeficiente de correlação R^2 naquelas é de 0,54 enquanto nestas é 0,002. (Mendes e Neto, 2011).

⁶ Quando contabilizadas as estimativas de empresas do setor informal (Araújo e Pereira, 2006).

1.2 Metodologia e Hipóteses

1.2.1 Método de investigação e base de dados

Para alcançar os objetivos dessa monografia foi realizada uma revisão bibliográfica dos tópicos de pobreza na visão de Amartya Sen, bem como da literatura sobre distribuição de renda no Nordeste com a consulta de livros e artigos científicos da área. Os dados foram obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE censos demográficos de 1991, 2000 e 2010), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Banco de dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Esses dados foram escolhidos segundo os dados que Amartya Sen usa no seu livro “Desenvolvimento como Liberdade” no capítulo quatro: “Pobreza como privação de capacidades” e outros que aborda ao longo do livro. São dados que demonstram a situação socioeconômica da população e a privação de capacidade de determinados grupos e regiões do país. Na tabela 4 estão listados os dados utilizados para alcançar os objetivos e aceitar ou rejeitar as hipóteses de trabalho.

Variável	Fonte
Densidade demográfica	IBGE CENSO 2010
Variação da população	IBGE CENSO 2010
Percentual de domicílios com água, com esgotamento sanitário, coleta de lixo e eletricidade.	IBGE CENSO 2010
Taxa de sobrevivência	DATASUS
Mortalidade (Óbitos p/Residência)	DATASUS
Taxa de Mortalidade infantil	DATASUS
Taxa de analfabetismo	IBGE CENSO 2010-PNUD
Analfabetismo	IBGE CENSO 2010-PNUD

Fonte: Elaboração própria.

1.2.2 Método de análise e Hipóteses de trabalho

Foram feitas algumas comparações entre grupos como população negra e população branca, Nordeste e Sudeste, na busca de evidenciar a situação de pobreza real para os casos selecionados e analisar as eventuais semelhanças e diferenças. Para expor alguns efeitos sociais da pobreza, como, por exemplo, os danos psicológicos causados pela situação de desemprego, exclusão social e falta de liberdades políticas, procurou-se fazer uma análise socioeconômica dos dados e principalmente de documentos que analisam esses dados específicos para região estudada.

Ao todo, trabalha-se com três hipóteses. A 1ª hipótese levantada é a de que a distribuição de renda, assim como de terras, no Nordeste é afetada negativamente devido à ausência de capacidades reais da população e de políticas públicas que visem sua ampliação.

A interpretação dos resultados foi feita através de análise gráfica bem como de tabelas, expondo os dados listados acima e analisando-os em face do conceito de pobreza escolhido. Assim como os dados, o método de análise foi semelhante ao que Amartya Sen utiliza. Busca-se mostrar a privação de capacidades com dados empíricos utilizando-se de fontes secundárias sobre as condições socioeconômicas da população, bem como a evolução histórica, as relações políticas e ético-moral dessa população.

Como o problema da pesquisa trata de conhecer a situação da pobreza no Nordeste sob uma nova ótica, “privação de capacidades”, a 2ª hipótese é que existem determinantes da pobreza que são deixados de fora da visão centrada unicamente na pobreza de renda bem como no viés de análise que pode dar uma impressão de que a pobreza apareça em menor proporção ou como um problema não muito grave dada sua tendência a diminuir ao longo do tempo. No entanto, será que a pobreza como restrição da capacidade apresenta a mesma tendência? A 3ª e última hipótese é que a pobreza vista pela privação de capacidades faz com que, apesar da redução dos índices de pobreza medidos pelo aumento da renda, a privação da capacidade das pessoas na região estudada continue existindo e impedindo a resolução do problema.

1.2.3 Curva de Kuznets

Para verificar a existência da relação entre desenvolvimento e desigualdade foi construída a curva de Kuznets, observando os conceitos de desigualdade e

desenvolvimento econômicos assumidos pela teoria econômica tais como crescimento da renda *per capita* e índice de Gini. Tentou-se estabelecer uma relação entre renda *per capita* e concentração de renda por uma análise dos Estados brasileiros com suas rendas *per capita* e índice de Gini testando assim a hipótese da curva de Kuznets para os Estados do Brasil. Estas informações são trabalhadas como complemento e expostas no Anexo A.

1.2.3.1 Variáveis Utilizadas

Será utilizado o Índice de desigualdade de Gini, e a renda *per capita* dos Estados do Brasil em uma série de 1995 até 2009. Como tem-se uma série de 15 anos para cada estado optou-se por trabalhar com dados em painel. O índice de Gini mede a distribuição de renda de indivíduos numa sociedade, ele é 0 (zero) quando a renda é igualmente distribuída entre todos os indivíduos e é igual a 1 quando toda a renda da sociedade é de um indivíduo enquanto o restante fica com renda nula. A renda *per capita* é razão entre a renda de uma economia e sua população.

Capítulo II – Referencial analítico

2.1 Conceitos de Pobreza e Qualidade de vida

Costuma-se definir pobreza da seguinte forma: diz-se que existe pobreza de algum recurso, material, objeto, substância, etc. quando este está abaixo de nível predeterminado ou mínimo estimado como aceitável. Quando o nível de proteínas de um alimento está abaixo de um nível estimado como aceitável dizemos que este alimento é “pobre” em proteínas.

Quando dispomos apenas de informação sobre renda das pessoas (ou das famílias), são consideradas pobres todas as pessoas cuja renda for igual ou menor do que um valor preestabelecido, denominado *linha de pobreza* (Hoffmann, 1998, p. 217).

Três concepções sobre pobreza foram desenvolvidas durante o século XX: sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa. A concepção da sobrevivência vem de pesquisas de nutricionistas ingleses que mostram como a renda dos pobres não era suficiente para manutenção de seu rendimento físico. A concepção voltada para necessidades básicas aponta para serviços como saneamento básico, água potável, educação, saúde e cultura. A concepção da privação relativa enfoca além de alimentação uma preocupação com conforto, desenvolvimento de comportamentos socialmente adequados (Crespo e Gurovitz, 2002).

Magalhães (2004) faz uma breve síntese da literatura sobre a pobreza citando autores mais recentes como Romão que expõem os padrões relativo e absoluto para conceituar pobreza. O padrão relativo entende como pobres os que estão na camada inferior da distribuição de renda em relação à população da camada superior. O padrão absoluto estabelece um nível de subsistência e quem está abaixo deste é considerado pobre. Dupas (2004) utiliza esse mesmo ponto de vista absoluto só que do ponto de vista da renda utilizada para satisfazer as necessidades básicas. Rocha (2003 apud Magalhaes, 2004) define pobreza como a situação onde as necessidades básicas não são atendidas de forma adequada ou não se temos meios de atuar no grupo social onde se vive (Magalhães, 2004). O conceito de pobreza como necessidades básicas destaca que esta abordagem vai além daquelas de alimentação e inclui “necessidades humanas, tais como educação, saneamento, habitação, etc.” (Rocha, 2003, p. 19). Também é considerada a noção de pobreza relativa nessa abordagem de necessidades básicas dado

que em alguns lugares necessidades nutricionais são atendidas de forma generalizada. A abordagem das necessidades básicas se opõe a abordagem da linha de pobreza em três aspectos. Primeiro, que não leva a renda como “indicador-chave” por suas desvantagens e pela preferência de adotar fatores que mostrem os resultados na qualidade de vida. Em segundo lugar, o objetivo adotado com essa abordagem é medir os resultados para toda a sociedade e não apenas para o grupo afetado pela pobreza, uma redução no analfabetismo tem resultados positivos para toda a sociedade e não apenas para o grupo em questão. Em terceiro lugar, dar importância a multidimensionalidade da pobreza e reconhece as inter-relações entre as diversas carências, dando uma visão holista quanto às políticas de combate a pobreza devendo estas “ser mais do que o resultado da soma de atuações setoriais específicas e desvinculadas entre si” (Rocha, 2003, p. 19-20).

No entanto a maioria dessas concepções acaba usando exclusivamente a renda como medida da pobreza deixando em segundo plano o enfoque em educação e saúde, por exemplo. Ao apontar a saída da situação de pobreza também fica em segundo plano as melhorias nos serviços públicos de saúde, educação ou a criação de emprego, etc. concentrando-se no aumento da renda por transferências ou políticas semelhantes. Durante os anos 1980 surgiu uma tese chamada de “consenso de Washington” que defende a suposição de que com o funcionamento dos mercados, a prosperidade econômica iria beneficiar os pobres causando, por consequência, que nas ciências sociais a renda fosse utilizada como medida da pobreza e meio de superação desta (Crespo e Gurovitz, 2002). Por este ponto de vista a renda parece ser instrumentalmente, o melhor “medidor” de qualidade de vida (Hoffmann, 1998).

Nesses termos a pobreza se caracteriza quando a renda está abaixo de um nível determinado, chamado de linha de pobreza. O que determina esse nível mínimo, essa linha? Uma resposta condizente com a maioria dos autores é que essa linha de pobreza exata é determinada de forma arbitrária (Hoffmann, 1998). Em nível de exatidão o Banco Mundial determina uma renda de um ou dois dólares por dia (Costa, 2008). Alguns países adotam medidas diferentes que são comuns, como o custo de vida da região. Esse nível mínimo de renda depende das condições de vida presentes de uma região para outra. No Brasil são consideradas extremamente pobres, pessoas com renda mensal abaixo de R\$ 70,00, e pobres, os que apresentam renda mensal abaixo de R\$ 140,00. Segundo o IPEA a linha de pobreza para a área urbana do Nordeste em 2009 é de R\$ 201,00 e para a área rural a linha de pobreza utilizada é de R\$ 179,29.

Tabela 5 - LINHAS DE POBREZA ESTIMADAS PARA CADA REGIÃO UTILIZADAS PELO IPEA (em valores correntes de cada ano)

Regiões	1976	1981	1990	2001	2003	2005	2007	2008	2009
	(em Cr\$)	(em Cr\$)	(em Cr\$)	(em R\$)					
Rio de Janeiro - Área Metropolitana	397	4891	5916	130	167	186	201	215	224
Rio de Janeiro - Área Urbana	337	4150	5020	110	142	158	170	182	190
Rio de Janeiro - Área Rural	303	3735	4518	99	128	142	153	164	171
São Paulo - Área Metropolitana	399	4921	5952	131	168	187	202	216	225
São Paulo - Área Urbana	354	4358	5271	116	149	166	179	191	200
São Paulo - Área Rural	289	3557	4302	95	122	135	146	156	163
Porto Alegre - Área Metropolitana	443	5455	6597	145	186	207	224	240	250
Curitiba - Área Metropolitana	366	4506	5450	120	154	171	185	198	206
Sul - Área Urbana	349	4298	5199	114	147	164	176	189	197
Sul - Área Rural	317	3913	4733	104	134	149	160	172	179
Fortaleza - Área Metropolitana	315	3883	4697	103	133	148	159	171	178
Recife - Área Metropolitana	414	5099	6167	136	174	194	209	224	234
Salvador - Área Metropolitana	390	4802	5808	128	164	183	197	211	220
Nordeste - Área Urbana	356	4387	5306	117	150	167	180	193	201
Nordeste - Área Rural	317	3913	4733	104	134	149	160	172	179
Belo Horizonte - Área Metropolitana	310	3824	4625	102	131	145	157	168	175
Leste - Área Urbana	279	3439	4159	91	117	131	141	151	158
Leste - Área Rural	238	2935	3550	78	100	112	120	129	134
Belém - Área Metropolitana	354	4358	5271	116	149	166	179	191	200
Norte - Área Urbana	366	4506	5450	120	154	171	185	198	206
Norte - Área Rural	320	3943	4769	105	135	150	162	173	181
Distrito Federal - Área Metropolitana	344	4239	5127	113	145	161	174	186	194
Centro-Oeste - Área Urbana	296	3646	4410	97	125	139	149	160	167
Centro-Oeste - Área Rural	260	3202	3872	85	109	122	131	141	147

Nota: As regiões denominadas urbanas excluem as áreas metropolitanas consideradas como regiões específicas. A região denominada Leste refere-se a Minas Gerais e Espírito Santo.

Fonte: IPEA.

Nas ciências sociais, como na economia, costuma-se centrar a análise em variáveis que apontem a qualidade de vida da população no intuito de verificar se as condições de vida estão abaixo de um nível mínimo. Algumas variáveis a nível individual são usualmente adotadas para este fim, tais como: renda familiar, anos de estudo, gastos com saúde, possuir imóvel próprio, etc. Variáveis como nível (ou qualidade) de saúde, educação, alimentação etc. podem ser utilizadas como medidas da qualidade de vida da população, mas é difícil se obter dados.

Mesmo não havendo consenso sobre uma definição de qualidade de vida a Organização Mundial da Saúde(OMS)⁷ classifica o conceito de qualidade de vida como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (OMS). Em um nível mais abstrato entende-se também que qualidade de vida envolve a “importância que as pessoas se sintam bem psicologicamente, possuam boas condições físicas e sintam-se socialmente integradas e funcionalmente competentes” (OMS). E essas condicionalidades serão adotadas neste trabalho como conceito de qualidade de vida bem como os *insights* de Sen.

... a perspectiva baseada na liberdade apresenta uma semelhança genérica com a preocupação comum com a ‘qualidade de vida’, a qual também se concentra no modo como as pessoas vivem (talvez até mesmo nas escolhas que tem), e não apenas nos recursos ou na renda de que elas dispõem. (Sen, 2000, p. 39)

2.1.1 Pobreza segundo Amartya Sen

A pobreza é caracterizada pela privação de capacidades, esse conceito é nomeado por Sen como pobreza real. Para Sen existe uma diferença entre pobreza vista pela ótica da renda e pela ótica da privação de capacidades, pois a última engloba mais variáveis que influenciam na manutenção da situação de pobreza. Uma pessoa que necessita de remédios de uso contínuo mesmo tendo uma renda média tem uma privação de capacidade assim como um idoso que necessita de mais renda que um jovem para ter o mesmo nível de capacidade ou funcionamentos em termos de locomoção, alimentação especial, ambiente de trabalho com condições diferentes, etc.

⁷ Disponível em: <http://www.ufrgs.br/psiq/whoqol1.html>

(Sen, 2000). Logo, privação de capacidade é uma situação onde a pessoa não tem os funcionamentos e as capacidades para ter uma vida que valorize. Funcionamento seria a capacidade de viver realmente algum tipo determinado de vida. Um exemplo de funcionamentos básico pode ser expectativa de vida acima de valores aceitos como adequados. Capacidade é o conjunto de as oportunidades disponíveis para escolher a vida que se valoriza. Existem três argumentos que defendem a pobreza como privação de capacidades:

“1) a pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes (em contraste com a baixa renda, que é importante apenas instrumentalmente).

2) Existem outras influencias sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades).

3) a relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é *variável* entre comunidades e até entre famílias e indivíduos [...]”(Sen, 2000, pp. 109-110).

Apesar de diferenças entre pobreza de renda e pobreza de capacidades, as duas estão ligadas, pois um maior nível de renda dá maiores meios ou possibilidades de conseguir capacidades e mais capacidade faz com que a pessoa possa obter mais produtividade, que conduz a um maior poder de conseguir renda, fazendo com que essa pessoa saia da situação de pobreza tanto do ponto de vista de renda como de privação de capacidades. Entretanto, Sen aponta para uma taxa de conversão de renda em capacidades que estão sujeitas a outras variáveis como classe social, idade, situação de saúde do indivíduo e qualidade dos serviços de saúde na região, divisão da renda no ambiente familiar, a localização (que pode ter uma tendência a inundações ou secas), doenças (como as que estão sujeitas os moradores de favelas erguidas sobre mangues e rios no Recife) (Sen, 2000). Essas condições tornam difícil a conversão de renda em capacidade. Além disso, a sujeição da relação entre renda e capacidade sob outras variáveis torna a relação inconstante e instrumentalmente oculta à privação de capacidades mesmo de pessoas que não são consideradas pobres pela ótica da renda.

De certo modo pode-se afirmar que a qualidade de vida tem relação com a capacidade de um indivíduo ter uma vida boa, ou seja, uma vida que valorize. Determinados bens como alimentação, educação, saúde e moradia melhoram a qualidade de vida do indivíduo e da população como um todo. Logo a ampliação das

liberdades (ou capacidades) para conseguir desfrutar das condições de uma vida que com razão se valoriza são influências intimamente ligadas à qualidade de vida. Uma forma de aumentar a capacidade das pessoas é com o aumento da renda. No entanto será que eles tendo dinheiro vão adquirir esses bens?⁸ Eles têm um mecanismo de mercado que garanta a liberdade de adquirir tais bens e serviços? Pessoas que moram em localidades marginalizadas (favelas) podem não ter acesso a serviços de transporte, educação ou saúde no bairro onde moram devido à discriminação para com as pessoas que moram nessas localidades mesmo tendo poder de compra para adquirir esses serviços. Exemplo: taxistas da cidade do Rio de Janeiro não entram além de certo ponto no bairro da Cidade de Deus por medo (Garcia, 2005). Esse fato limita a capacidade de locomoção da população deste bairro. Mesmo havendo um mecanismo de mercado eficiente e melhoria na renda dessa população será que estas iriam adquirir bens e serviços que melhorem sua qualidade de vida? O que evidencia que a pobreza de renda não seria suficiente para tratar do problema dada à privação de capacidade (ou liberdade) que essa população sofre.

O exposto mostra fatos que tendem para a confirmação da 2ª hipótese de que existem outros fatores que influenciam a pobreza e que são deixados de fora na visão centrada unicamente na pobreza de renda. Fatores como a privação de liberdade de locomoção e falhas em mecanismos de mercado como a ausência de oferta de alguns serviços ou precariedade de bens ofertados pelo governo como saúde e educação.

2.2 Contradições do Sistema de Mercado (Capitalista)

No sistema capitalista a propriedade é privada e controlada por aqueles que têm posse dessa propriedade e a utilizam para produzir bens e serviços e com essa produção obter lucros através da venda (troca) desses bens e serviços no mercado.

⁸Vale destacar que, segundo Karl Marx o dinheiro é um bem que tem a propriedade de poder comprar (ser trocado por) qualquer outro bem (Marx, 2006), logo ele dá a capacidade de tornar reais os nossos desejos materiais. Pelo exposto o dinheiro pode comprar (de certa forma), saúde, educação, alimentos, roupas, além de uma infinidade de bens de consumo duráveis e não duráveis que atenderão suas necessidades, logo a renda monetária pode ser considerada um dos melhores indicadores de qualidade de vida de um indivíduo ou família, pois com ele os indivíduos podem sair da situação de pobreza no que diz respeito à situação em que os bens e serviços que determinam sua qualidade de vida, tais como saúde e uma ampla expectativa de vida, educação, lazer, manter-se satisfeito no trabalho, alimentação saudável, etc., estão abaixo de certo nível mínimo.

Todas as relações (associações) humanas são mediadas por contratos. Governo não controla os mercados supondo que estes se autorregulem pelo jogo livre da oferta e demanda, mas garante a proteção à propriedade privada e liberdade dos agentes de mercado (firmas, trabalhadores e consumidores). No entanto o governo intervém restringindo o poder dos monopólios na economia, e regulando o mercado “apenas” quando necessário.

O liberalismo político se caracteriza pelas liberdades individuais frente ao poder do Estado e oportunidades iguais para todos. A teoria política liberal nega as interferências do estado na economia e defende a liberdade econômica dos proprietários. Assim os proprietários estabelecem as regras da vida econômica deixando o governo apenas como garantidor das relações sociais e arbitro dos conflitos. Só quando as relações sociais infringem as leis ou prejudicam o que é público é que deve ter intervenção. Assim o liberalismo deixa-o apenas intervir (tem o direito de intervir) na esfera pública e não na privada ou na consciência dos governados. O Estado deve intervir na esfera pública, garantir a liberdade de pensamento e só intervir quando as opiniões ponham em risco o próprio estado (Chauí, 2010). Sendo função deste garantir direitos fundamentais (naturais): vida, segurança, propriedade privada, liberdade.

O liberalismo é um sistema político que se baseia na valorização das liberdades individuais, ou seja, qualquer indivíduo nesse sistema é livre pra comprar, vender, investir, trabalhar (vender sua força de trabalho), expressar sua opinião, etc. Tais liberdades pretendem garantir ao indivíduo além da sua sobrevivência a possibilidade de ascensão socioeconômica. Mas o capitalismo apresenta uma contradição que o faz não garantir ou impedir a posse da propriedade ou liberdade (econômica), pois estas só podem ser exercidas com posse de dinheiro (poder de compra) gerando uma privação de capacidade para os indivíduos de baixa renda.

Pode-se definir historicamente a Modernidade como

“o período surgido com o iluminismo, marcado por acontecimentos como a revolução francesa, revolução industrial e progresso tecnológico e científico e o surgimento da sociedade burguesa, durante a qual se viveu uma fé otimista e generalizada no progresso”(Grupo Planeta, 2007).

Nesse momento histórico havia uma ideia de que o capitalismo incentiva o crescimento (e desenvolvimento) econômico. Quando o capitalismo estava sendo consolidado no ocidente durante o século XIX havia uma ascensão desse ideário

moderno pondo no desenvolvimento do capitalismo o caminho econômico para alcançar um estado estacionário. Para Stuart Mill:

“[...] o estado estacionário ocorreria com a maximização do nível de bem-estar do conjunto da sociedade[...] Quando ele viesse a ocorrer, todos teriam atingido elevado padrão de vida. A acumulação de capital cessará, mas a preocupação da sociedade será com a cultura, o lazer e a evolução espiritual. A preservação do meio ambiente faria parte das necessidades do lazer [...] A sociedade apresentaria um conjunto amplo de trabalhadores bem remunerados, com grande poder de compra. O tempo para o lazer seria maior porque o progresso tecnológico evitaria o trabalho pesado e cansativo, reduzindo o tempo necessário à produção de bens”(MILL, 1983 apud Souza, 2005, pp. 4-5).

Fritjof Capra aponta que o objetivo do capitalismo é maximizar a riqueza de elites (concentrando os ganhos do sistema) e não os distribuindo como pensava Mill. Essa concentração causa um impacto negativo na promoção do bem-estar social causando tensões entre classes sociais, além de consequências ambientais como extração de recursos naturais numa taxa maior que a de reposição deste na natureza. Tais fatos tornam o sistema capitalista insustentável. O capitalismo demonstra não ser capaz, até a atualidade(início do século XXI), de chegar ao estado estacionário de Mill. O projeto moderno diz que a preocupação das pessoas é com “a cultura, o lazer e a evolução espiritual” e coisas afins no estado estacionário, no entanto percebe-se uma preocupação constante ao longo da história das sociedades com o suprimento de bens materiais como alimento, moradia, saúde, renda, emprego, etc. deixando a evolução espiritual para apenas depois quando todas essas necessidades estiverem supridas e foi assim que o projeto moderno foi executado.

Contudo, a evolução do capitalismo trouxe tais benefícios materiais, entretanto apenas para um pequeno grupo da população. A garantia de não existir trabalhos pesados e de boa remuneração para os trabalhadores deu-se em um cenário onde não existe trabalho (pesado ou não) para a maioria da população e os empregos bem remunerados são ofertados com barreiras que apenas um pequeno grupo pode consegui-los. Tais fatos, principalmente o último, consolidam a contradição do sistema e evidenciam a decepção do projeto moderno de desenvolvimento econômico no século XX que levaria a um suposto estado estacionário ou pelo menos uma posição próxima deste(Capra, 2003).

Já no século XIX Karl Marx apontava para essa contradição do sistema capitalista. Segundo Marx, com o desenvolvimento das técnicas o processo de produção capitalista tenderia a substituir mão-de-obra por capital (na forma de máquinas,

equipamentos, imóveis, dinheiro, etc.) fazendo com que reduza a massa salarial paga aos trabalhadores que causa uma redução do poder aquisitivo e da demanda.

Com a alta produtividade do capital na forma de máquinas, prédios, capital financeiro, etc. a remuneração deste capital fica nas mãos de seus donos (uma limitada classe social) e a demanda destes não é suficiente para contrabalancear o aumento da oferta de bens e serviços, com o excesso de produção o preço de mercado diminui, reduzindo o lucro e causando uma crise no sistema capitalista caracterizada pelo aumento na produtividade acompanhada pela redução da demanda da classe trabalhadora que é muito maior. “O caráter contraditório da expansão capitalista reside na ampliação dos meios de produção, com a deterioração simultânea do poder de compra dos trabalhadores” (Souza, 2005, p. 97). Essa concentração dos ganhos nas mãos de uma classe da sociedade causa uma contradição que é sustentada pela propriedade privada (Souza, 2005). Dada a dicotomia entre pobres trabalhadores e ricos industriais (capitalistas) esse cenário dá suporte a tensões sociais que tendem a revoluções (mudanças) sociais.

2.3 Síntese: relação entre pobreza e desenvolvimento

O desenvolvimento de uma nação pode ser medido como a garantia das liberdades reais dos indivíduos. A falta de liberdades faz com que algumas pessoas mesmo com uma maior renda *per capita* dessa nação não tenham liberdade real, pois a parcela da população que fica abaixo da linha de pobreza, ou mesmo acima da linha de pobreza – na maioria dos casos não tem renda suficiente para ter uma nutrição saudável, ou educação além de um determinado nível (ensino médio), que retira a liberdade de conseguir emprego ou um emprego mais qualificado que amplie sua renda. Desenvolvimento e subdesenvolvimento para Sen são definidos da seguinte maneira:

“[...]na tentativa de lançar luz sobre o subdesenvolvimento (visto amplamente na forma de privação de liberdade) e o desenvolvimento (visto como um processo de eliminação de privações de liberdades e de ampliação das liberdades substantivas de diferentes tipos que as pessoas têm razão para valorizar)...” (Sen, 2000, p. 108).

Então uma economia com um grande contingente de indivíduos pobres não pode ser considerada desenvolvida desse ponto de vista. Por exemplo, o fato da

população não ter um nível de nutrição saudável retira a liberdade de sobreviver ou de viver com saúde, reduz sua expectativa de vida tendo que “passar a vida lutando contra uma morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo a uma morte prematura” (Sen, 2000, p. 29). A falta de garantia à alfabetização tira a capacidade dos indivíduos de se informarem e adquirirem conhecimentos sobre medidas preventivas de saúde.

Este trabalho usará o conceito de desenvolvimento de Amartya Sen que caracteriza desenvolvimento como ampliação da liberdade das pessoas bem como o conceito de pobreza vista como privação das capacidades dos indivíduos, ou seja, a liberdade real. Logo, partindo da abordagem de Sen que desenvolvimento é expansão das liberdades reais e pobreza é a privação de capacidades; e esta é a falta ou impedimento das liberdades podemos concluir que a pobreza é uma forma de atraso ou subdesenvolvimento de uma nação e estabelecer uma relação entre os dois conceitos de Amartya Sen, pois ambos estão ligados a liberdades reais. Sendo que pobreza é um caso específico de subdesenvolvimento como citado acima.

O conceito de Amartya que caracteriza a pobreza como privação de capacidades não deixa de negar a renda como causa da pobreza como o próprio autor põe:

”a perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa.” (Sen, 2000, p. 109).

“Não-desenvolvimento”, para Sen, é a falta de liberdades substantivas, e pobreza é a privação de capacidades ou liberdades. A pobreza é um caso particular de não-liberdade, ou seja, de “não-desenvolvimento”. Logo a pobreza é sinal de uma economia que é “não-desenvolvida” (para não usar o termo arbitrário de subdesenvolvida). Pode-se caracterizar o atraso de uma economia ou estado como a privação da capacidade das pessoas que vivem nesta. Considera-se essa abordagem como mais abrangente do que a alternativa da renda *per capita* para evidenciar a pobreza de uma economia. Isso porque, além de perceber a pobreza de capacidade como um conjunto interligado de aptidões, entende-se que, se algumas forem garantidas e outras não, ainda assim continuará existindo privação de capacidade.

Capítulo III – Análise da Pobreza de Capacidades

3.1 Delimitadores de Capacidades no Nordeste

Este Capítulo é orientado pelo intuito de confirmar a terceira Hipótese de que a pobreza vista pela privação de capacidades faz com que, apesar do aumento da renda, a privação da capacidade das pessoas na região estudada continue existindo e impedindo a resolução do problema.

Uma primeira observação é que a análise do desenvolvimento sob a ótica da renda *per capita* acaba escondendo algumas características que dizem respeito à privação de capacidades na forma de discriminação entre brancos e negros. Na tabela 6 vemos que a renda *per capita* entre os negros é menor que a dos brancos tanto no Brasil como no Nordeste e Sudeste, chegando a ser menos da metade da renda da população branca. Na região Sudeste a diferença de renda entre brancos e negros é maior que na região Nordeste. Esse dado revela que a oportunidade de emprego e, logo, acesso à renda desse grupo, mesmo em uma região entendida como economicamente desenvolvida é restrita, o que demonstra que pela ótica do desenvolvimento econômico baseado na garantia das liberdades reais dos indivíduos essas regiões não são classificadas como desenvolvidas como usualmente são. Na última coluna vê-se a razão das rendas entre esses dois grupos e percebe-se que a região Sudeste apresenta-se como a que tem o maior diferencial entre as rendas desses dois grupos.

A tabela 7 mostra a razão entre a renda média destes mesmos dois grupos da população e outros como amarelo, indígena e parda para o ano de 2010; neste período vê-se que a diferença de renda entre os dois grupos diminuiu, no entanto a maior diferença continua na região Sudeste que em 2010 é maior que a do país.

Seguindo os argumentos expostos por Amartya Sen, alguns grupos podem sentir-se vítimas de exclusão social quando vivem em regiões com altas rendas (ricas), pois parece ser necessário seguir o padrão de consumo da comunidade para participar da vida em comunidade, como comprar aparelhos de TV caros ou automóveis, quando em

outras regiões com rendas médias menores não seria necessário para a participação da vida em comunidade (Sen, 2000).

Tabela 6 - Renda per Capita (mensal) por grupos – 2000.

	Renda per Capita, 2000.	Renda per Capita (Negros), 2000.	Renda per Capita (Branco), 2000.	Razão entre a renda de Brancos e Negros
Brasil	R\$ 247	R\$ 166	R\$ 332	2,00
Norte	R\$ 218	R\$ 168	R\$ 301	1,79
Nordeste	R\$ 154	R\$ 116	R\$ 233	2,01
Centro-Oeste	R\$ 367	R\$ 239	R\$ 492	2,06
Sudeste	R\$ 356	R\$ 207	R\$ 458	2,21
Sul	R\$ 286	R\$ 158	R\$ 318	2,01

Fonte: Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil da PNUD de 1991 a 2000.

Regiões com maior renda apresentam melhores facilidades econômicas. Além de impulsionar o crescimento econômico possibilita ao Estado financiar a seguridade social que reduz a desigualdade de renda (bem como desigualdade entre grupos) e expande a liberdade levada a cabo pelas oportunidades sociais. Ao mesmo tempo, melhora índices como taxa de mortalidade infantil, educação básica, etc., que estão associadas à criação indireta da segurança protetora com essas oportunidades (Sen, 2000). As oportunidades sociais e facilidades econômicas juntas ampliam as capacidades das pessoas e com isso melhora a condição de agente ou capacidade e possibilidade de agir de forma a melhorar a situação das pessoas.

Tabela 7 - Razão entre médias do rendimento mensal total nominal das pessoas de 10 anos ou mais de idade residentes em domicílios particulares permanentes, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2010.

Grandes Regiões e Brasil	Razão entre médias do rendimento mensal total nominal, por cor ou raça.				
	Branca/Preta (A/B) ¹	Branca/Parda (A/C)	Branca/Amarela (A/D)	Branca/Indígena (A/E)	Preta/Parda (B/C)
Brasil	1,8	1,8	1,0	2,1	1,0
Norte	1,7	1,6	1,2	2,5	1,0
Nordeste	1,7	1,7	1,5	1,7	1,0
Sudeste	1,9	1,8	0,8	1,6	1,0
Sul	1,6	1,6	0,8	1,8	1,0
Centro-Oeste	1,7	1,7	1,2	2,5	1,0

Nota: 1. (A/B) = Valor médio do rendimento da população branca dividida pelo Valor médio do rendimento mensal da população Preta

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

3.2 Políticas de combate à pobreza (de renda)

As principais políticas públicas de combate à pobreza e assistência social no Brasil são o Benefício de Prestação Continuada (BPC) instituído na constituição de 1988 e o Programa Bolsa Família (PBF) criado em 2003. A subseção que segue vai expor os dois programas e analisá-los do ponto de vista do combate à pobreza real.

3.2.1 O Benefício de Prestação Continuada (BPC)

O BPC é um benefício do âmbito da Política de Assistência Social integrado à Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. O benefício é individual, não vitalício e intransferível, caracterizado pela transferência mensal de um salário mínimo ao idoso, com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo (impedimentos físicos, mentais, intelectuais, etc.) que cheguem a obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. No entanto, devem provar que não podem se sustentar por meios próprios ou pela família tendo renda familiar *per capita* menor que um quarto do salário mínimo vigente. O BPC é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e operacionalizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Custeado pela Seguridade Social. Atualmente são 3,6 milhões (dados de março de 2012) beneficiários do BPC em todo o Brasil⁹.

Primeiramente destaca-se o fato do programa homogeneizar os beneficiários tanto idosos (acima de 65 anos) como inválidos e portadores de necessidades especiais como tendo a mesma incapacidade de participar da vida econômica em sociedade em igualdade com os demais cidadãos e transferindo um salário mínimo a estes como forma de desobstruir “sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Pode-se entender tal política como tentativa de ampliar a capacidade do indivíduo viver uma vida que valorize. No entanto essa homogeneização

⁹ Dados retirados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc>
Acesso em: 23/05/2012.

retira o foco de combater a pobreza de capacidade dado o fato que a relação entre renda e capacidade ser variável de uma situação para outra, como de uma pessoa idosa que necessita de remédios (caros), ou um deficiente visual que necessita de equipamentos especiais e educação especial e inclusiva (defendida teoricamente, mas nem sempre posta em prática nas escolas). Unicamente a ação de transferir um salário mínimo não é suficiente para alcançar esse objetivo que, afinal de contas, é o principal objetivo do programa.

O beneficiário que recebe o BPC pode deixar de ser pobre do ponto de vista da renda, mas suas capacidades nem sempre (ou muito poucas vezes) são ampliadas pelo fato da relação entre renda e ampliação da capacidade não ser constante. Este ponto corrobora a hipótese de que apesar da renda aumentar a privação de capacidade continua existindo. Outro ponto é o fato do programa levar em conta a renda familiar *per capita*, que é uma média, sem levar em conta a distribuição dessa renda entre os membros da família dificultando efetivação da relação entre renda e capacidade.

3.2.20 Programa Bolsa Família (PBF)

Dentre as políticas públicas de combate a pobreza destacam-se o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. Todos voltados à transferência de renda ou recursos, no entanto planejados e executados sob a ótica da renda. O Programa Bolsa Família (que foi a unificação dos quatro programas citados acima e a posterior incorporação do PETI e do Agente Jovem) é apenas o recebimento condicional de uma renda monetária (Senna, *et al*, 2007). Ao observar os efeitos de tais programas utilizando a metodologia de medir a pobreza como renda abaixo de determinado nível ou desigualdade de renda (proporção de pobres ou índice de Gini), percebe-se a redução da pobreza e desigualdade de renda. A transferência de renda traz externalidades positivas na economia local como impulso nas vendas e melhoria do crédito aos beneficiários.

A tabela 8 mostra o número de benefícios por região no período de 2004 a 2011 (em dezembro de cada ano). Destaca-se que mais da metade dos beneficiários estão na região Nordeste, que é a região mais vulnerável do ponto de vista tanto da pobreza de renda como da exclusão social.

Tabela 8 - Programa Bolsa Família (PBF) - número de benefícios em dezembro – 2004 a 2011

Região	2004	2006	2008	2009	2010	2011
Região Centro-Oeste	292.405	596.620	545.818	676.500	725.216	717.510
Região Norte	527.652	1.023.507	1.075.885	1.285.567	1.348.329	1.476.939
Região Nordeste	3.320.446	5.442.567	5.445.428	6.207.633	6.454.764	6.825.997
Região Sul	700.661	1.027.439	853.526	1.095.986	1.064.068	1.035.602
Região Sudeste	1.730.675	2.875.677	2.637.339	3.105.229	3.185.843	3.296.258
Brasil	6.571.839	10.965.810	10.557.996	12.370.915	12.778.220	13.352.306

Fonte: IPEA.

A tabela 9 mostra o gasto por benefício em cada região. Esse dado evidencia a região onde a insuficiência de renda é maior, como a região Norte e Nordeste que tem um gasto de R\$ 134 e R\$ 120 por benefício em 2011, ou seja, maior insuficiência de renda. Quando associado ao dado da tabela 8, verifica-se que têm menos benefícios na Região Norte. Pode-se perceber que os beneficiados da região Norte são mais pobres que os beneficiados das outras, ou seja, apresentam maior insuficiência de renda, evidenciando um nível de pobreza mais intenso. Além disso, ao longo de seis anos do programa o número de beneficiados cresceu (tendo apenas no ano de 2008 uma pequena redução) bem como o valor gasto por benefício na Região Norte e Nordeste.

O valor gasto cresceu na maioria dos anos no Nordeste acompanhando o número de beneficiados. Então podemos concluir que durante os seis anos, o Programa tem incluído mais pessoas necessitadas e aumentado o gasto com os mesmos, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Porém a pobreza do ponto de vista da privação de capacidade não tem sido atenuada pela relação variável entre renda e capacidade, apenas a pobreza de renda, e com uma tentativa de inclusão social através das condicionalidades que apresentarão resultados apenas a médio ou longo prazo. O atendimento das condicionalidades chega para os beneficiários como um complemento e não como foco para combater a pobreza (ampliando a capacidade). Esses dados corroboram a 3ª hipótese de que apesar da redução dos índices de pobreza medidos pelo aumento da renda, a privação da capacidade das pessoas na região estudada continua existindo e impedindo a resolução de problemas.

Tabela 9 - Programa Bolsa Família (PBF) - Gasto médio por benefício¹ número de benefícios em dezembro – 2004 a 2011

Região	2004	2006	2008	2009	2010	2011
Região Centro-oeste	R\$ 59,99	R\$ 55,47	R\$ 77,51	R\$ 86,39	R\$ 89,17	R\$ 115,31
Região Norte	R\$ 71,56	R\$ 68,71	R\$ 95,18	R\$ 106,33	R\$ 107,99	R\$ 134,32
Região Nordeste	R\$ 70,63	R\$ 66,07	R\$ 89,58	R\$ 99,47	R\$ 100,37	R\$ 120,67
Região Sul	R\$ 60,04	R\$ 56,60	R\$ 77,66	R\$ 83,70	R\$ 88,37	R\$ 114,07
Região Sudeste	R\$ 62,39	R\$ 57,56	R\$ 78,52	R\$ 86,94	R\$ 90,05	R\$ 115,03
Brasil	R\$ 66,93	R\$ 62,62	R\$ 85,80	R\$ 94,92	R\$ 96,97	R\$ 119,99

Nota 1: Número obtido pela divisão do valor total dos benefícios pelo número de benefícios.

Fonte: IPEA.

Uma das críticas a esse programa é que o indivíduo tem que provar que é pobre, provar que fracassou (causando um dano psicológico no indivíduo como falta de motivação). Além de provar a baixa renda, as condições de participação no programa da família beneficiada são que as gestantes devem fazer o pré-natal e ter acompanhamento do cartão de vacinação das crianças. Na educação, todos os jovens entre (6 e 15 anos) devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% e (assistência social) no PETI com 85% de frequência também. Essas condicionalidades visam evitar que a pobreza seja transmitida para as próximas gerações e devem ser associada “ao desenvolvimento de outras ações como alfabetização, capacitação profissional, apoio à agricultura familiar, geração de ocupação e renda e micro-crédito.” (Maia, 2003, p. 7).

O acompanhamento médico de gestantes e a manutenção de crianças na escola não são vistos como foco principal, mas que seriam ferramentas de ampliação da capacidade dos beneficiados. No entanto estes dependem das condições de oferta destes serviços tanto pela rede pública de saúde como pela rede pública de educação do município que nem sempre podem ofertá-los de maneira adequada. Caso as condicionalidades a que precisam ser submetidos os beneficiários não sejam atendidas estes sofrem sanções. O atendimento de algumas dessas condicionalidades dependem de políticas econômicas de amplos efeitos dos municípios e estes não sofrem sanções se deixarem de cumprir estas condições. Por exemplo, não ter um serviço adequado de saúde que garanta acompanhamento médico das gestantes ou serviço de transporte escolar (Senna *et al*, 2007).

Amartya Sen aponta para a importância da condição de agente das pessoas na execução das políticas e a define da seguinte maneira:

“Portanto, compreender o papel da condição de agente é essencial para reconhecer os indivíduos como pessoas responsáveis: nos não estamos apenas sãos ou enfermos, mas também agimos ou nos recusamos a agir, e podemos optar por agir de um modo e não de outro. Assim, nós – mulheres e homens – temos de assumir a responsabilidade por fazer ou não fazer as coisas. Isso faz diferença, e precisamos atentar para essa diferença. Esse reconhecimento elementar, embora suficientemente simples em princípio, pode ter implicações rigorosas, seja para a análise social, seja para o raciocínio e ação práticos.”(Sen, 2000, p. 221).

Pode-se apontar para a falta da condição de agente das pessoas prejudicadas por falhas nas políticas públicas feita por municípios, enfatizando a não participação das pessoas nas tomadas de decisão da política local. Tal fato explicita a consequência da importância da condição de agente das pessoas:

“Este estudo ocupa-se particularmente do papel da condição de agente do indivíduo como membro do público e como participante de ações econômicas, sociais e políticas (interagindo no mercado e até mesmo envolvendo-se, direta ou indiretamente, em atividades individuais ou conjuntas na esfera política ou em outras esferas)”. (Sen, 2000, p. 33)

Nesse caso os beneficiários do Programa Bolsa Família que não podem ter acompanhamento médico ou frequência escolar dos filhos em 85% devido às políticas públicas executadas de forma negligente expõe o fato da negação da condição de agente pela não participação nas decisões das prefeituras (e de outros órgãos do governo) quanto aos serviços públicos de que eles têm direito. Logo, é necessário um esforço conjunto dos setores do governo “e dos beneficiados” para garantir que as famílias saiam do programa (não fiquem sendo recebedores inativos de benefícios permanentemente) como, por exemplo, com a criação de emprego.

O governo criou um índice para avaliar o desempenho no acompanhamento do Programa Bolsa Família por parte das prefeituras. O programa trata de um segmento da população vulnerável como jovens e gestantes e dá pouca atenção a medidas de geração de emprego e aumento da renda (Maia, 2003). Alguns órgãos do governo tendem a deixar essa população na condição de recebedores do benefício deixando de lado a finalidade do Programa que supostamente seria a saída dessas famílias da condição de pobreza. Será que os municípios têm condições e capacidade de atender a demanda que se eleva em educação e saúde¹⁰, levada a cabo pelas famílias que fazem

¹⁰ Segundo dados do Ministério da Saúde (SGTES/DEGERTS/CONPROF - Conselhos profissionais) o número de Médicos p/1.000 habitante apresentava o menor índice para a Região Norte e Nordeste com 0,92 e 1,06 respectivamente no ano de 2008.

parte do programa Bolsa Família? (Maia, 2003). Como as punições do não atendimento das condicionalidades são para as famílias e não para os municípios evidencia o não incentivo a políticas voltadas a retirada desses indivíduos da situação de pobreza que reduziria a sua privação de capacidades (ou liberdades). Em relação à linha de pobreza adotada pelo programa e não inclusão social dos beneficiários, Senna (2007) critica:

“No que diz respeito ao foco, vê-se que a combinação do critério único de renda monetária com a definição de uma linha de pobreza muito baixa resulta, em última instância, na **restrição do potencial de inclusão social do Programa**. Desse modo, corre-se o risco de não atingir os segmentos sociais que **enfrentam situações diversas de vulnerabilidade que de maneira alguma pode ser reduzida à renda.**” (Senna *et al*, 2007, p. 93, grifos nossos).

3.3 Secas no Nordeste

A seca no Nordeste pode ser caracterizada pelo atraso, insuficiência ou a distribuição irregular das chuvas. Tal fenômeno causa várias desordens políticas, econômicas, demográficas e sociais. A seca edáfica é caracterizada com “a insuficiência ou distribuição irregular das chuvas” e tem como efeitos as “severas perdas econômicas e grandes transtornos sociais como fome, migração e desagregação familiar. É a seca social” (Campos e Studart, 2001).

Ao longo da história vê-se vários projetos de “combate à seca” no Nordeste que vão desde a adaptação de camelos no Ceará até a transposição do Rio São Francisco. A não resolução do problema e seu adiamento sucessivo levam a várias consequências como perdas na agricultura, fome da população da região, migração da população local, apropriação de terras abaixo do custo aumentando a concentração fundiária nas mãos da elite da região, etc. Uma consequência que se destaca é a migração da população local ao longo de toda a história do Nordeste para regiões mais desenvolvidas em busca de emprego ou simplesmente para centros urbanos mais próximos. Esse êxodo rural-urbano causa problema nas cidades que recebem esses migrantes.

Um ponto interessante que Santos (2008) destaca é o fato de as culturas (milho e feijão) tradicionalmente cultivadas no semiárido serem sensíveis a irregularidades das chuvas e a região apresentar um ciclo de chuvas irregular até mesmo

nos anos considerados normais. Em contrapartida fala em outras atividades agrícolas como a pecuária (“principalmente de pequeno e médio porte”). Santos diz:

“Outra possibilidade segura de renda no Semi-árido seria o extrativismo, principalmente de frutas nativas. Mesmos nos anos de seca, as plantas da caatinga conseguem armazenar água suficiente pra garantir a frutificação” (J. M. Santos 2008, p. 1).

Essas atividades podem garantir uma renda igual e até superior a da agricultura em determinadas estações do ano quando aproveitadas (J. M. Santos, 2008). Pode-se entender a seca como um “problema” apenas por que este só se apresenta desta maneira devido à privação de capacidade da população de “conviver com a seca”. Renato Duarte coordenou o segmento econômico de uma pesquisa sobre a seca de 1998-1999 que a SUDENE encomendou à Fundação Joaquim Nabuco e com entrevistas feitas à população que participava das frentes de trabalho, destaca:

“Uma importante informação para a compreensão do que se poderia chamar de ‘dinâmica da pobreza’ na zona semiárida é aquela relativa às experiências anteriores dos entrevistados nas frentes produtivas: 71% deles afirmaram já ter trabalhado em frentes anteriores. Esse dado indica, portanto, que há uma perpetuação da pobreza, que se reflete na vulnerabilidade de milhões de pessoas aos efeitos danosos da seca.” (Duarte, 2000, p. 432).

Tal fato evidencia que as soluções imediatistas apontadas para o “problema” não são voltadas para a ampliação da capacidade de viver com a seca (como as frentes de trabalho), afinal só sobrevivem aqueles que conseguem se adaptar as condições do ambiente (Darwin, 2008). A falta de estudo das condições de adaptação da população local fez com que os programas de governo, que pensados de fora para dentro, considerassem a população como receptores inertes de benefícios dos programas do governo e não como agentes. Ao não ver a população local como agente estas políticas públicas agem no sentido contrário da concepção de Sen quanto à necessidade de ampliar a “capacidade de agente” das pessoas. A falta dessa capacidade dificulta a resolução de problemas locais.

Além do exposto ao longo da historia das secas no Nordeste vemos a criação da chamada “indústria das secas” definida por (Pomponet apud Furtado, 1997) como:

“Latifúndio e poder político concentrados produziram a famosa “indústria das secas”: meeiros e trabalhadores rurais, sem meios de produção,

subordinavam-se ao patronato rural que pagava salários miseráveis e extorquia os trabalhadores nos anos chuvosos. Quando sobrevinham as secas, a população era “artificialmente” mantida no campo através das ações assistencialistas do governo federal, como frentes de trabalho e distribuição de alimentos, o que evitava migrações em massa. (Furtado, 1997, p. 72)”.

Sen define cinco tipos de liberdades instrumentais dentre as quais se encontram a Garantia de Transparência e a Segurança Protetora. A aquela se refere à esperança de confiança no convívio em sociedade e serve como impedimento a ocorrência da corrupção e a esta se refere à existência de uma rede de segurança social que impeça que a população se sujeite a situação de penúria (Sen, 2000). A falta de Garantia de Transparência no uso e direcionamento de recursos em obras públicas emergenciais de combate a seca no Nordeste causa a perda desta liberdade que serve como impedidora da corrupção. Se tratando da perda desta liberdade no instrumento de combate aos efeitos de uma crise econômica e social (a seca), que seriam as obras públicas emergenciais, a segurança protetora (outra liberdade instrumental) não é garantida deixando a população ainda seriamente afetada pela crise e vulnerável no médio prazo ao não criar uma rede de segurança social que proteja essa população da possibilidade de miséria nessas situações adversas.

A indústria da seca é criada a partir da suposta solução da dificuldade, as frentes de trabalho ajudam, mas acabam perpetuando o problema e a desigualdade social em vez de resolvê-la, pois foge do que Sen vê como Segurança Protetora desfalcada pela não Garantia de Transparências das autoridades regionais. A falta de garantia de transparência faz com que a segurança protetora não funcione como deveria, ou seja, a capacidade não é ampliada existindo uma inter-relação entre esses dois tipos de liberdade dado que quando a primeira não existe ou não é mantida a segunda é severamente lesada. A ausência da condição de agente das pessoas, já citada, também influencia a forma como essas liberdades são mantidas para as pessoas. A falta de participação pública na resolução do problema da seca liga-se a criação de redes sociais e políticas que visam à proteção pouco eficaz (ou pouco eficiente), pois se a população afetada participar das tomadas de decisão e criação de políticas públicas, estas podem atender de forma mais eficaz os problemas dessas pessoas como no caso da seca.

Um dos problemas causados pela seca é o êxodo rural que pode ser definido como a aceleração da migração rural-urbana e a migração rural-urbana, como o abandono do campo pela cidade (Evangelista e Carvalho, 2001). Segundo alguns

modelos, características econômicas levam as pessoas a migrarem do campo para a cidade. Normalmente aponta-se para a existência de um contingente de trabalhadores redundante no campo e que seu deslocamento para a cidade não afeta a produção agrícola do campo. Aponta também para a modernização das técnicas de produção agrícola que ao aumentara produtividade da mão-de-obra, tornando desnecessário o emprego desse contingente, gera a tendência de ir para a cidade (modelo de Lewis).

Motivações não-econômicas em conjunto com fatores econômicos determinam a tendência à migração assim como a esperança de uma renda maior nos empregos urbanos e a vontade de se libertar das restrições tradicionais das organizações sociais do meio rural – Modelo de Todaro (Evangelista e Carvalho, 2001).

Tabela 10 - Evolução do Índice de Gini, segundo as Regiões - 1985/2006.

	1985	1995	2006	Varição 1995/2006
Brasil	0,857	0,856	0,872	1,9%
Norte	0,750	0,783	0,771	-1,4%
Nordeste	0,857	0,852	0,843	-1,1%
Centro-Oeste	0,826	0,808	0,829	2,5%
Sudeste	0,757	0,752	0,783	4,1%
Sul	0,731	0,725	0,742	2,3%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1985/2006.

A tabela 10 mostra o índice de Gini da área total dos estabelecimentos agropecuários, vê-se que a concentração de terras é maior no Nordeste e Centro-Oeste, no entanto essa concentração de terras vem sendo reduzida enquanto no Centro-Oeste vem aumentando.

Segundo o IBGE essa dinâmica se dá pelo aumento das grandes culturas de exportação, soja e milho, no Centro-Oeste, e no Nordeste a produção de cana-de-açúcar mantendo a concentração de terras e freando a redução do índice. Segundo o IBGE, entre 1995 e 2006, a Soja foi a cultura que mais cresceu (88%) com 15,6 milhões de hectares colhidos, (aumento de 69,3% na área colhida). A Cana de açúcar apresenta um surgimento de novas usinas provocando um aumento na área colhida de 38% (com 6,4

milhões de hectares em 2006). O milho apresenta um aumento de 12,2% na área colhida (com 11,7 milhões de hectares, em 2006) ¹¹.

As relações de poder que mantem essa estrutura agrária no país são mais fortes principalmente onde existe uma cultura de exportação, como a soja ou a cana-de-açúcar. O Nordeste e o Centro-Oeste apresentam as maiores concentrações de terras do país. Entretanto essa concentração é intensificada pela ausência de capacidade da população e de políticas públicas que visem sua ampliação. Tal fato contribui para a manutenção deste quadro. As secas do Nordeste evidenciam essa hipótese, pois durante secas prolongadas os pequenos proprietários vendem seus rebanhos. “As perdas dos rebanhos aprofundam ainda mais a condição de pobreza das populações mais vulneráveis aos efeitos da seca” (Duarte, 2000, p. 7). Posteriormente vendem suas terras abaixo do custo. A incapacidade de competitividade do pequeno produtor contribui para esta vulnerabilidade. No Centro-Oeste o uso para plantio de soja e criação de gado garante essa estrutura desigual da distribuição de terras (IBGE).

3.4 Migração, Favelização e Privação de Capacidade no Nordeste

Baseando-se em dados da Pnad, Schneider (2005) entende que durante a década de 1980 e 1990 existe uma reversão da tendência histórica de redução da população rural e relativo aumento dos postos de trabalho rurais, no entanto essa reversão não é causada pelo emprego nas atividades agrícolas e sim em atividades não agrícolas na zona rural que tiveram

“um aumento de mais de 1,5 milhão de postos de trabalho no período de duas décadas, o que não é nada desprezível quando se leva em conta o cenário das transformações recentes dos mercados de trabalho e as dificuldades com que se defrontam as economias capitalistas para gerar novos postos de trabalho.” (SCHNEIDER, 2005, p. 10)

Tal fato evidencia a importância de atividades não agrícolas e a dinâmica do mercado de trabalho no setor rural para a população do campo.

Em épocas de estiagens, a falta de atividades rurais não agrícolas para absorver a população do campo e que acaba deixando o campo em busca de emprego na

¹¹ Dados do Censo Agropecuário 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1464&id_pagina=1
Acesso em: 19/5/2012

zona urbana, no caso especial do município de Quixeramobim – CE teria beneficiado o município. Além dessas atividades poderia ter sido incentivados “investimentos em infraestrutura que facilitassem o crescimento das atividades industriais e de serviços para a população que saia do campo” (Evangelista e Carvalho, 2001, p. 5). No Nordeste o aumento da renda *per capita* e melhoria de condições de vida e emprego nas cidades, combinado com políticas públicas que não favoreciam a “convivência com as secas”, bem como a precarização da vida no campo, têm causado êxodo rural, inchando as cidades (Melo, 2003).

A Tabela 11 mostra a variação da população de 1991 para 2000 na zona rural e na zona urbana nos municípios com maior densidade populacional urbana do Nordeste. Vemos que as capitais do Nordeste são as que mais recebem imigrantes da zona rural. O município de São Luís se destaca com uma redução de 92% de sua população rural que era de 444 mil habitantes, passando para 32 mil habitantes, enquanto a população urbana passou de 222 mil habitantes para 837 mil com o exponencial aumento de 276%.

Tabela 11– Migração ou Variação da população rural- urbana – 1991 a 2000.

Município	Variação da população rural	Variação da população urbana
São Luís (MA)	-92,70%	276,97%
Caucaia (CE)	39,39%	53,18%
Maceió (AL)	-95,72%	36,42%
Jaboatão dos Guararapes (PE)	-76,33%	35,41%
Paulista (PE)	-100,00%	24,95%
Feira de Santana (BA)	-13,48%	23,51%
Juazeiro do Norte (CE)	14,60%	22,62%
Teresina (PI)	-8,04%	21,65%
Fortaleza (CE)	-	21,08%
João Pessoa (PB)	-	20,16%
Vitória da Conquista (BA)	0,57%	19,75%
Caruaru (PE)	14,33%	19,45%
Salvador (BA)	-73,17%	17,78%
Natal (RN)	-100,00%	17,37%
Aracaju (SE)	-	14,71%
Mossoró (RN)	-1,18%	12,27%
Campina Grande (PB)	9,64%	10,42%
Recife (PE)	-100,00%	9,63%
Olinda (PE)	-	6,29%
Imperatriz (MA)	-20,47%	4,10%
Maracanaú - CE	-24,2%	14,6%

Fonte: Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil da PNUD de 1991 a 2000.

A título de um estudo continuado da situação dos municípios de maior densidade e a dinâmica de migração populacional destes, segue tabela 12 com os mesmos municípios para o período de 2000-2010 além de outros municípios que apresentaram a mesma dinâmica de comportamento de suas populações.

Tabela 12- Migração ou Variação da população rural-urbana em municípios com alta densidade demográfica. – 2000 a 2010

	Urbana		Rural		Variação rural	Variação urbana
	2000	2010	2000	2010		
Olinda - PE	360554	370332	7348	7447	1,30%	2,70%
Fortaleza - CE	2141402	2452185	0	0*	-	14,50%
Recife - PE	1422905	1537704	0	0*	-	8,10%
Natal - RN	712317	803739	0	0*	-	12,80%
Salvador - BA	2442102	2674923	1005	733	-27,10%	9,50%
João Pessoa - PB	597934	720785	0	2730**	-	20,50%
Aracaju - SE	461534	571149	0	0*	-	23,80%
Bayeux - PB	87437	98793	124	923	644,40%	13,00%
Paulista - PE	262237	300466	0	0*	-	14,60%
Lauro de Freitas - BA	108385	163449	5158	0	-100,00%	50,80%
Camaragibe - PE	128702	144466	0	0*	-	12,20%
Jaboatão dos Guararapes - PE	568474	630595	13082	14025	7,20%	10,90%
Maracanaú - CE	179170	207623	562	1434	155,20%	15,90%
Maceió - AL	795804	932129	1955	619	-68,30%	17,10%
Cabedelo - PB	42832	57936	0	8***	-	35,30%
Parnamirim - RN	109139	202456	15551	0	-100,00%	85,50%
Toritama - PE	20127	34125	1673	1429	-14,60%	69,50%
São Luís - MA	837584	958522	32444	56315	73,60%	14,40%
Nossa Senhora do Socorro - SE	131279	155823	400	5004	1151,00%	18,70%
Juazeiro do Norte - CE	202227	240128	9906	9811	-1,00%	18,70%
Feira de Santana - BA	431730	510635	49219	46007	-7%	18%
Salvador - BA	2442102	2674923	1005	733	-27,1%	9,5%
Imperatriz - MA	218673	234547	11893	12958	9,0%	7,3%

* Não havia população residente e houve Variação

** Não havia população residente e houve um aumento para 2730 pessoas.

*** Não havia população residente e houve um aumento para 8 pessoas.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

É interessante destacar que, apesar da tendência assinalada, em estudos coordenados por Graziano(2000) foi identificado um novo perfil de migração da população, agora não no sentido campo – cidade, mas cidade – campo, embora não de forma generalizada para todas as regiões. Graziano destaca que caso existam atrativos para o retorno ao campo também existem fatores de “repulsão no meio urbano” e sobressalta dois fatores de repulsão: “o primeiro ligado a uma ‘ameaça’ a ordem moral camponesa e o segundo ligado ao desemprego estrutural” (Desconsi, 2007, p. 23). As pesquisas apontam como elementos pertinentes para “o retorno ao campo em regiões empobrecidas o acesso às políticas públicas e setoriais da agricultura familiar” e o *ethos*

camponês que está ligado à liberdade de tempo e de espaço bem como a condição de assalariado do trabalhador urbano, que o camponês entende como o trabalho cativo¹² (Desconsi, 2007, p. 23); (Graziano da Silva e Grossi, 2000). O novo rural é uma nova configuração do meio rural a atividades que vêm ganhando importância na economia como atividades não agrícolas e pluriatividades nas famílias rurais (Graziano da Silva e Grossi, 2000). Essas atividades explicam a retenção e/ou retorno de famílias ao campo.

Logo, podem-se entender as razões de que alguns municípios que apresentavam altas taxas de migração no sentido campo – cidade ao longo da década de 1990 como São Luís (MA), Maceió (AL), Jaboatão dos Guararapes (PE), Paulista (PE), Feira de Santana (BA), Fortaleza (CE), Salvador (BA), Imperatriz (MA) e Maracanaú (CE) reverteram essa tendência de êxodo rural na década de 2000 (ou pelo menos frearam a taxa de migração campo – cidade). No entanto a continuidade da tendência de êxodo rural-urbano e o aumento da população urbana nesses municípios se deram nos grandes centros urbanos como Fortaleza, Recife, Natal, por exemplo, que continuaram recebendo imigrantes, mas não apenas da zona rural, mas supostamente de outras cidades provavelmente do interior.

Em um nível mais agregado do comportamento de migração rural-urbano podemos destacar que o Nordeste freou a taxa de migração puxada principalmente pelos estados de Maranhão e Piauí, que reverteram o sentido da migração, além do Ceará e Rio Grande do Norte dentre outros que reduziram a taxa de migração (Tabela 13).

¹²Segundo o Dicionário Aurélio cativo significa escravizar, forçar ao trabalho ou ter estima ou simpatia, conquistar a simpatia; no entanto o camponês que se refere a trabalho cativo está empregando o termo no sentido mais pejorativo, no sentido do trabalhador ser submisso ao empregador, estar a receber “ordens” do patrão na cidade, ser empregado dele, ou ser empregado do capital dele.

Tabela 13–Variação da População por Unidade da Federação entre 1991-2000 e 2000-2010

	1991-2000		2000-2010	
	Variação da população rural	Variação da população urbana	Variação da população rural	Variação da população urbana
Brasil	-11%	24%	-6%	17%
Nordeste	-12%	28%	-3%	18%
Maranhão	-23%	71%	6%	23%
Piauí	-13%	31%	1%	15%
Ceará	-4%	28%	0%	19%
Rio Grande do Norte	-1%	22%	-5%	21%
Paraíba	-13%	19%	-7%	16%
Pernambuco	-10%	20%	-6%	16%
Alagoas	-13%	30%	-9%	20%
Sergipe	5%	27%	7%	19%
Bahia	-11%	25%	-9%	15%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Existem seis Implicações do êxodo rural no semiárido nordestino: 1) Risco da mão-de-obra migrante não ser redundante; 2) Impactos ambientais da tecnologia adotada no semiárido; 3) Jovens não querem permanecer no meio rural, resultando no problema de sucessão no meio rural; 4) A urbanização acelerada não acompanhada da geração de empregos causa crescimento das favelas e precarização das condições de vida da população (saúde e habitação); 5) Adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra reduz a oferta de emprego no setor urbano para atender os migrantes e 6) Mesmo se o setor urbano criasse empregos na quantidade compatível com a migração estes exigiriam uma qualificação nos postos de trabalho na indústria e serviços modernos (Evangelista e Carvalho, 2001, pp. 9-10).

Na tabela 14 observam-se alguns indicadores da situação dos municípios mais populosos do Nordeste que são sete das capitais do Nordeste, entre outros. No que diz respeito às condições de vida dessa população é possível observar que nos municípios mais populosos o percentual de pessoas que tem alguns bens (ou serviços) básicos com os quais se pode viver com nível mínimo de satisfação e exercer suas capacidades como água, banheiro, energia elétrica, etc. a maioria está abaixo de 50%, principalmente em municípios muito populosos como Recife, Olinda e Fortaleza que tem mais de 6.000 habitantes por quilômetro quadrado. Mas a situação não é tão degradante, pois o percentual de pessoas que vivem nesses municípios e tem água

encanada é maior que 80% na maioria desses municípios, dado que a água é um bem extremamente essencial para a vida dos habitantes assim como esgotamento sanitário ligado a rede geral de esgoto. Um destaque nesses dados é o município de Jaboatão dos Guararapes (PE) que faz parte da região Metropolitana do Recife e apresentava uma das maiores rendas *per capita* (R\$ 235,00 mensais no ano de 2000), no entanto apenas 77% da população têm água encanada nos domicílios (percentual igual ao do município de Camaragibe) e 35% tem pelo menos três dos bens mencionados anteriormente (Camaragibe tem 27% desses bens).

Tabela 14- Densidade demográfica e condições de vida da população nos municípios mais populosos – 2000.

Município	Densidade demográfica, 2000	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com pelo menos 3 desses bens: água encanada, energia elétrica, banheiro, carro, computador, TV.
Olinda (PE)	9675,7	87	44,12
Fortaleza (CE)	6814	88	56,29
Recife (PE)	6501,8	87	48,77
Natal (RN)	4175,5	93	55,84
Salvador (BA)	3440,3	93	60,33
Bayeux (PB)	3174,5	91	27,67
João Pessoa (PB)	2822,2	96	55,84
Camaragibe (PE)	2663,1	77	27,37
Paulista (PE)	2561,8	93	41,33
Aracaju (SE)	2535,2	92	59,44
Jaboatão dos Guararapes (PE)	2255,7	77	35,67
Lauro de Freitas (BA)	1887,6	84	49,7
Maracanaú (CE)	1770,8	76	41,45
Maceió (AL)	1553,9	90	46,24
Cabedelo (PB)	1363	92	47,84

Fonte: Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil da PNUD de 1991 a 2000.

Logo fazendo uso da quarta implicação, acima exposta, o fenômeno da favelização do Nordeste é evidenciado pelo dado de que desses municípios podemos incluir sete das nove capitais do Nordeste como as que mais receberam emigrantes da zona rural bem como as regiões metropolitanas. Viver nesses centros urbanos para esses recém-chegados é difícil pela falta de oportunidade no mercado de trabalho, fazendo com que aumente o número de favelas nas grandes cidades com precárias condições de saúde e habitação e as tensões sociais causadas pelas desigualdades de renda e acesso a

bens e serviços, o que mostra uma privação de viver em condições básicas para esse grupo populacional que não tem oportunidade de ofertar sua força de trabalho (pelos mecanismos de mercado usuais). Tal fato evidencia a retirada da liberdade de facilidade econômica por terem poucas chances de ofertar sua força de trabalho, logo esses dois tipos de liberdades são privadas: as facilidades econômicas e as oportunidades sociais.

Em Fortaleza tem cerca de 800 mil pessoas vivendo em áreas faveladas ou aglomerados subnormais (Gonçalves, 2008)¹³ que representa um terço da população de 2.383.863 habitantes. Em Recife a população vivendo em favela chega a 46% do total (Diário do Nordeste, 03.12.2006). Entretanto, a metodologia utilizada para definir os agrupamentos populacionais entendidos como favela, em Gonçalves (2008), difere da utilizada pelo IBGE, como os dados expostos a seguir.

¹³Esse dado apresenta disparidade dos números do IBGE, pois o IBGE não considera aglomerados com menos de 50 barracos. Segundo o IBGE, pelo censo de 2010, há aproximadamente 400 mil pessoas vivendo em favelas em Fortaleza.

Tabela15 – Densidade demográfica, numero de aglomerados¹⁴ subnormais e população vivendo em aglomerados subnormais - 2010.

	Densidade demográfica (hab./km ²)	População residente em domicílios aglomerados subnormais	Nº de aglomerados subnormais	Porcentagem de domicílios em aglomerados subnormais	População vivendo em aglomerados subnormais (%)
Olinda - PE	9068,36	88231	57	23%	23%
Fortaleza - CE	7786,52	396370	194	15%	16%
Recife - PE	7037,61	349920	109	22%	23%
Natal - RN	4808,2	80774	41	10%	10%
Salvador - BA	3859,35	882204	242	32%	33%
João Pessoa - PB	3421,3	91351	59	12%	13%
Aracaju - SE	3140,67	61847	28	10%	11%
Bayeux - PB	3118,76	7835	8	8%	8%
Paulista - PE	3086,01	41972	26	13%	14%
Lauro de Freitas - BA	2833,43	10350	7	6%	6%
Camaragibe - PE	2821,93	11359	11	7%	8%
Jaboatão dos Guararapes - PE	2493,06	225550	64	34%	35%
Maracanaú - CE	1877,75	2507	3	1%	1%
Maceió - AL	1854,12	114659	95	12%	12%
Cabedelo - PB	1815,57	2090	4	3%	4%
Parnamirim - RN	1638,14	-	-	-	-
Toritama - PE	1383,21	1105	1	3%	3%
São Luís - MA	1215,69	232912	39	22%	23%
Nossa Senhora do Socorro - SE	1025,88	17535	14	11%	11%
Juazeiro do Norte - CE	1006,91	4302	1	2%	2%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Na tabela 15 percebe-se que dos municípios com maior densidade demográfica alguns apresentam um grande contingente de pessoas vivendo em aglomerados subnormais. Olinda, Recife e Jaboatão têm percentuais maiores que 20% e as três juntas tem 25% da sua população vivendo em aglomerados subnormais. No entanto o caso mais problemático é o de Salvador que tem uma população de quase 900 mil pessoas (32%) vivendo em aglomerados subnormais.

¹⁴Segundo o IBGE, um aglomerado subnormal é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. Tem ocupação ilegal, está fora dos padrões de urbanização vigentes, precariedade de serviços públicos. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/agsn2010.pdf> Acesso em: 2/4/2012

Na tabela 16 podem-se observar as condições de vida da população desses municípios no quesito de três bens essenciais à vida(dados de 2010): água encanada (ou tratada), esgotamento da rede geral e existência do serviço de coleta de lixo. Existem oito municípios onde a população com esgotamento ligado a rede geral é menor que 20% incluindo regiões metropolitanas. No entanto o serviço de água encanada melhorou em quase todos os municípios se comparado com a tabela 14, apesar de Olinda e Jaboatão continuarem com índices abaixo de 80% tanto em abastecimento de água da rede geral como esgotamento da rede geral.

Tabela 16–Condições de vida da população vivendo municípios de alta densidade demográfica - 2010

	Água da rede geral (%) (1)	Com esgotamento da rede geral (%) (2)	Lixo coletado (%) (3)
Olinda - PE	73%	7%	99%
Fortaleza - CE	93%	56%	97%
Recife - PE	91%	40%	95%
Natal - RN	100%	97%	100%
Salvador - BA	99%	87%	95%
João Pessoa - PB	99%	50%	97%
Aracaju - SE	98%	60%	99%
Bayeux - PB	99%	13%	92%
Paulista - PE	97%	25%	77%
Lauro de Freitas - BA	98%	45%	99%
Camaragibe - PE	89%	13%	93%
Jaboatão dos Guararapes - PE	77%	16%	93%
Maracanaú - CE	98%	15%	99%
Maceió - AL	81%	18%	88%
Cabedelo - PB	99%	6%	91%
Parnamirim – RN*	-	-	-
Toritama - PE	59%	97%	98%
São Luís - MA	60%	24%	90%
Nossa Senhora do Socorro - SE	90%	13%	88%
Juazeiro do Norte - CE	95%	6%	79%

***Apesar de Parnamirim apresentar alta densidade demográfica não tem nenhum aglomerado subnormal segundo o conceito do IBGE (ver nota9)**

(1) o complemento são as outras formas de abastecimento (que foram agregadas para mostrar água não tratada) eles são: Poço ou nascente na propriedade, Poço ou nascente fora da propriedade. (2) o complemento são as outras formas de esgoto que são fossa séptica ou outra ou não tinha banheiro que foram agregados para designar esgotos que podem trazer doenças. (3) o complemento são todas as outras formas que despejo em que o lixo não é coletado

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

A falta de Oportunidades Sociais (disposições em saúde, condições de moradia, educação, acesso a serviços básicos, etc.) que influenciam a liberdade do indivíduo viver uma vida digna melhora a participação (efetiva) da população em atividades econômicas e políticas (ampliando as liberdades políticas e dando facilidades econômicas) e está ligada a falta de uma rede de segurança social que impeça que a população se sujeite a situação de privação de capacidade. Então essa carência da população que vive em aglomerados subnormais pode ser entendida como a correlação entre três tipos de liberdades instrumentais: Facilidades Econômicas, Oportunidades Sociais e Liberdades Políticas. Todas ligadas à condição de agente das pessoas,

principalmente a liberdade política. As facilidades econômicas além de impulsionar o crescimento econômico possibilita ao Estado financiar a seguridade social, bem como criar acesso a emprego e renda, ampliando as Oportunidades Sociais. Conseqüentemente, amplia-se a liberdade de viver uma vida que as pessoas valorizam e entre outras capacitações melhora-se a qualidade e a oportunidade de educação. Como resultado amplia-se também a possibilidade de participação da população em decisões políticas regionais, expandindo a Liberdade Política.

3.5 Outros indicadores de pobreza real e comparações entre as regiões

A expectativa (esperança) de vida ao nascer, uma medida da liberdade de viver até uma idade madura, pode ser utilizada como indicador de privação de capacidade. Vê-se um diferencial na expectativa de vida entre dois segmentos da população, branca e negra, onde esta última pode ser considerada pobre desse ponto de vista como exposto na tabela 17. Em todo o Brasil, tomando-se dados para o período de 1991 a 2000, há diferença entre a população negra e branca quanto à expectativa de vida, no entanto a diferença da expectativa de vida entre a população negra e população branca é maior em regiões que as estatísticas apontam como desenvolvidas como a região Sudeste, que tem uma diferença de quatro anos em comparação com o Nordeste cuja diferença é de três anos e nas regiões Sul e Centro-Oeste, que é de três anos e meio e 3,71 anos respectivamente.

Tabela 17- Esperança de vida ao nascer por grupos – 1991 e 2000.

Estado	Esperança de vida ao nascer (Branco), 1991.	Esperança de vida ao nascer (Branco), 2000.	Esperança de vida ao nascer (Negro), 1991.	Esperança de vida ao nascer (Negro), 2000.	Esperança de vida ao nascer, 1991.	Esperança de vida ao nascer, 2000.	Diferença entre brancos e negro 1991	Diferença entre brancos e negro 2000
Brasil	65,81	69,44	62,06	66,29	63,6	67,61	3,75	3,15
Norte	65,09	68,31	62,48	66,11	63,13	66,76	2,61	2,2
Nordeste	62,66	66,96	59	63,88	59,97	64,83	3,66	3,08
Centro-Oeste	68,48	72,06	64,65	68,35	66,29	69,88	3,83	3,71
Sudeste	68,88	72,08	63,92	67,91	66,44	69,85	4,96	4,17
Sul	69,3	72,53	64,29	69,05	68,21	71,88	5,01	3,48

Fonte: Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil da PNUD de 1991 a 2000.

A mortalidade pelo número de óbitos por residência é maior para a população negra que para a população branca em todas as regiões em 2009, no entanto a razão entre o número de óbitos entre brancos e negros é bem maior na região Sul e Sudeste que em outras regiões.

Tabela 18–Taxa de Mortalidade por cor/raça no Brasil - 2009

Óbitos p/Residência por Região *			
	Cor/raça: Preta (B)	Cor/raça: Branca (A)	Razão entre óbitos (A/B)
Região	Total	Total	
Região Norte	3396	12879	3,8
Região Nordeste	20339	69080	3,4
Região Sudeste	43170	317680	7,4
Região Sul	7392	151406	20,5
Região Centro-Oeste	4370	29797	6,8
Total	78667	580842	7,4

*Número de óbitos ocorridos, contados segundo o local de residência do falecido.

Fonte: DATASUS/SIM

O acesso ao ensino também é um modo de privar a capacidade das pessoas no tocante as liberdades instrumentais como o acesso as informações e a capacidade de obter um emprego em uma ocupação rentável, assim como o maior percentual de analfabetismo tira a liberdade das pessoas se educarem por meio de livros, jornais, periódicos, etc. e a capacidade de conseguir emprego. Como Santos e Kerstenetzky (2007) apontam sobre a capacidade ampliada pela boa escolaridade:

A ampliação das oportunidades sociais, como a melhoria do sistema de educação, pode contribuir para elevação das oportunidades econômicas, como o acesso ao crédito, por exemplo. No sentido inverso, o crescimento econômico favorece o aprimoramento dos serviços de saúde e educação. E, no sentido amplo, uma pessoa com escolaridade e saúde adequadas e acesso ao crédito terá certamente maior liberdade para escolher (maior capacitação geral) (Santos e Kerstenetzky, 2007, p. 6-7).

Na tabela 19 pode-se observar o percentual de pessoas analfabetas com mais de 25 anos no Brasil e regiões como Nordeste e Sudeste (no ano de 2000). Esse dado mostra que 32% da população adulta do Nordeste não pode ter um emprego como caixa de um mercado (por exemplo), ou outro emprego no setor de serviços que é o setor que demanda mais mão-de-obra na sociedade atual (e mão-de-obra com alguma qualificação educacional). Os percentuais de analfabetismo para o Nordeste são maiores que os do Brasil. A situação é a pior para a população negra que apresenta um percentual maior de analfabetismo tanto no Brasil como em outras regiões. Apesar de regiões como o Sudeste apresentarem baixos índices de analfabetismo, a população negra dessa região apresenta um percentual de analfabetismo que é comparável com regiões como Amapá (16%) ou Rondônia (17%), ou seja, apesar de ter um baixo percentual de analfabetismo na população geral alguns grupos podem apresentar percentuais mais elevados.

Tabela 19- Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas por grupos – 2000.

Estado	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas (Branco), 2000.	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas (Negro), 2000.	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas, 2000.
Brasil	16%	25%	21%
Norte	14%	22%	21%
Nordeste	25%	36%	32%
Centro-Oeste	9%	16%	13%
Sudeste	8%	15%	11%
Sul	8%	18%	9%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Em 2009 a situação não é muito diferente, vê-se que o Nordeste além de apresentar um dos maiores índices de analfabetismo concentra mais de “sete” dos 14 milhões de analfabetos do país (52%). Este índice se concentra na população designada como preta ou parda em todas as regiões quando somadas para diferenciar da população branca. No entanto a população parda parece sofrer mais deste mal quando comparada com a população preta. No Sudeste além de ter mais de 3,5 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais concentra quase metade dessa população como sendo parda. Tais dados

demonstram a privação de capacidade de auferir renda desse segmento da população tanto em regiões desenvolvidas (com altas rendas *per capita*) como em regiões menos desenvolvidas (tabela 20).

Tabela 20 – Distribuição percentual (%) das pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas- 2009.

	Total (1 000 pessoas)	Cor ou raça				
		Total (1)	Branca	Preta	Parda	Preta e Parda (%)
Brasil	14 105	100,0	30,2	10,2	58,8	69,0
Norte	1 136	100,0	16,0	7,7	74,8	82,5
Nordeste	7 361	100,0	21,8	9,5	68,3	77,8
Sudeste	3 584	100,0	40,5	13,5	44,8	58,3
Sul	1 185	100,0	63,9	6,5	28,7	35,2
Centro-Oeste	840	100,0	31,1	10,5	57,0	67,5

(1) Excluídas as pessoas de cor ou raça amarela e indígena.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

A privação dessas Oportunidades Sociais, através do analfabetismo, impede a participação no mercado de trabalho qualificado, que é uma facilidade econômica que esta sendo privada pelo uso restrito de um recurso, a força de trabalho, na troca por renda, assim como está ligado a Liberdade Política pela incapacidade de participação ao não poder ler jornais e poder se comunicar por escrito, fazendo com que as pessoas não saibam ou saibam de forma indireta e muitas vezes enviesada qual a situação política e quais princípios que cada partido defende. Além da impossibilidade da candidatura a algum cargo público.

A taxa mortalidade infantil (nº de mortos a cada 1.000 nascidos vivos) pode ser entendida como a liberdade de viver. Na tabela 21 observa-se que dentre as regiões estudadas a região que apresenta uma taxa maior, no ano de 2000, é a região Nordeste (69) quando comparados com dados para o Brasil (44). Enquanto, ao analisar a população negra vemos que existe uma notável diferença em suas taxas de mortalidade em todo o país e, principalmente no Nordeste aonde a diferença chega a 17 mortos a mais que a população branca no Nordeste. Esse diferencial fica entre 7 e 11 nas outras regiões.

Tabela 21- Mortalidade até cinco anos de idade no Brasil e Grandes Regiões por grupos – 2000

	Mortalidade até cinco anos de idade, 2000.	Mortalidade até cinco anos de idade (Branco), 2000.	Mortalidade até cinco anos de idade (Negro), 2000.	Diferença
Brasil	44,4	37,4	49,1	11,8
Norte	42,8	37,2	45,4	8,3
Nordeste	69,9	58,4	75,4	17,0
Centro-Oeste	26,4	21,5	30,8	9,3
Sudeste	26,8	20,7	32,6	11,9
Sul	19,2	18,1	25,7	7,6

Fonte: Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil da PNUD de 1991 a 2000.

Apesar de a taxa de mortalidade infantil apresentar altas taxas nas regiões Norte e Nordeste esse número vem diminuindo ao longo do tempo em uma velocidade maior que a redução no Brasil com um todo (tabela 22), mesmo assim a taxa continua alta no Norte e Nordeste. A criação de oportunidades sociais na área de saúde (e educação) pode contribuir para o desenvolvimento econômico e redução das taxas de mortalidade. Por consequência reduz a taxa de natalidade reforçada pela educação básica sobre redução das taxas de fecundidade. Ou seja, existe uma ligação entre a criação de oportunidades sociais e ampliação da liberdade básica de viver.

Tabela 22- Taxa de mortalidade em menores de cinco anos – 2000-2008

Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	34,36	32,67	31,14	29,94	28,61	27,43	26,71	25,98	22,47
Centro-Oeste	25,12	24,49	23,24	22,56	22,18	21,23	20,54	20,18	19,79
Nordeste	48,81	45,56	43,28	40,97	38,87	37,3	36,19	35,2	25,23
Norte	33,35	32,17	30,97	29,74	28,59	27,64	26,95	26,32	27,38
Sudeste	22,12	21,16	20,2	19,89	18,92	17,92	17,69	17,08	16,44
Sul	19,93	19,46	18,65	18,82	17,53	16,1	15,84	15,11	14,77

Nota: Número de óbitos de menores de cinco anos por 1.000 nascidos vivos, segundo Região e UF.

Fonte: DATASUS

Considerações Finais

A análise da pobreza no Nordeste sob a ótica da privação de capacidades de Amartya Sen mostra um cenário diferente do usualmente encontrado em trabalhos que utilizam critérios baseados na renda. Os dados sobre o Nordeste mostram que a pobreza vista pela privação de capacidade afeta negativamente a distribuição de renda e de terras. A razão entre renda da população branca e população negra confirma a hipótese de que apesar do aumento de renda no Brasil e da alta renda no Sudeste ainda existe pobreza de capacidade para uma parcela da população, inclusive no Sudeste.

Os programas de transferência de renda como o BPC e PBF aumentam a renda, no entanto não aumentam a capacidade dos beneficiados; este último programa ainda deixa a brecha de o beneficiado depender de outras políticas para atender suas condicionalidades. Um fato importante neste caso é a falta da condição de agente das pessoas nas tomadas de decisão locais que podem ampliar sua capacidade de resolver problemas locais e não apenas se posicionar de forma inativa e delegar ao governo a tarefa de encontrar soluções para os problemas.

A privação de capacidade da população afetada pela seca no Nordeste dificulta a solução deste problema e perpetua a pobreza como aponta Duarte (2000). A distribuição de renda em programas de combate a seca é afetada negativamente pela ausência de capacidade dessa população; bem como a idealização destes programas pensados desde “fora para dentro” dificultam a resolução deste impasse. A distribuição de terras no Nordeste (e no Centro-oeste) piora com a falta de capacidade da população que não reduz as possibilidades de sair da situação de pobreza. As secas no Nordeste aumentam a concentração de terras quando prolongadas, pois os pequenos proprietários vendem seus terrenos.

Outro dado relevante é que, apesar de políticas públicas de transferência aparecerem citadas por muitas pesquisas como contribuindo para a fixação das pessoas no campo, a seca prolongada ainda é um dos determinantes da migração na região. Tanto fatores econômicos como não econômicos levam a migração rural-urbana, normalmente o migrante busca melhores oportunidades e condições de vida no meio urbano. Este movimento causa aumento da densidade demográfica nos grandes centros e inchamento das favelas.

Pelos dados das condições de vida da população que vive nesses aglomerados evidencia que existem outros fatores que contribuem para a determinação

da pobreza que são deixados de fora da análise centrada na renda, a maioria da população vivendo em precárias condições de vida: sem acesso a rede geral de esgoto, sem acesso a rede geral de abastecimento de água, sujeita a doenças, discriminação por morar em bairro marginalizado, dificuldade de chegar ao local de trabalho por morar longe e não ter acesso a serviço de transporte público adequado, etc. A pobreza vista pela privação de capacidade confirmou que existe um alto grau de pobreza (deste tipo) nesses centros urbanos.

Uma importante liberdade, o direito de viver, pode ser vista pela expectativa de vida da população. A diferença de expectativa de vida entre a população branca e negra confirma a hipótese de que existem fatores deixados de lado, como dificuldade ao acesso a serviços de saúde, que originam a pobreza. O diferencial desse dado, presente não apenas no Nordeste, mas em regiões desenvolvidas como o Sudeste é notavelmente grande. A mortalidade infantil também apresenta maiores índices no Nordeste e é maior quando vista em grupos da população (branca e negra). Mostra-se que quando visto por essa ótica, outras regiões e grupos da população como os negros apresentam pobreza de capacidade.

A taxa de analfabetismo pode ser entendida como falta da liberdade de se educarem e redução da capacidade de conseguir um emprego. Os altos índices de analfabetismo se concentram no Nordeste que tem metade dos analfabetos do país e no Sudeste. Tais dados corroboram a hipótese da manutenção da pobreza, em determinadas regiões e afetando determinados grupos da população, pode ser explicada pela existência de outros fatores que reduzem a capacidade das pessoas. A falta de oportunidade de conseguir emprego e renda que uma população com altos níveis de analfabetismo está sujeita representa esse tipo de pobreza.

Pode-se perceber a inter-relação entre os cinco tipos de liberdades definidas por Sen: Liberdade Política, Facilidades Econômicas, Oportunidades Sociais, Garantia de Transparência e Segurança Protetora e a relação indireta de cada uma destas com a condição de agente das pessoas. As facilidades econômicas ligam-se as oportunidades sociais ao dar possibilidade do Estado financiar programas sociais. E tais programas sociais tem uma relação indireta com a segurança protetora ao garantir que a população não esteja sujeita a situação de miséria. Programas sociais ligados à educação e inclusão social dão suporte à ampliação de liberdades políticas. Esses três tipos de liberdade estão ligados à condição de agente das pessoas de interferirem no meio onde vivem e tentar mudar a sua própria condição de vida. A garantia de transparência que funciona

como uma inibidora de corrupção relaciona-se com a segurança protetora em situações adversas como no caso das secas no Nordeste. O desvio de recursos públicos que seriam usados para ajudar a população afetada pela seca mina a segurança protetora que beneficiaria (acudiria) a mesma. Este desvio dá-se pela não existência da transparência nas relações sociais do governo e das autoridades locais para com a população. Mais uma vez a condição de agente da população nas decisões e acompanhamento destas políticas daria suporte para a expansão dessas liberdades. A ligação destas duas últimas liberdades expostas e a ligação entre as três primeiras relaciona-se indireta e mutualmente (ligação) pela condição de agente das pessoas.

Essa interdependência entre os vários tipos de liberdade, que pode ser analisado pelos dados expostos, mostra como a visão holista é capaz de apreender de forma mais abrangente e completa o fenômeno da pobreza com seus determinantes e dinâmica. A pobreza de capacidade não pode ser entendida nos dados e situações analisados acima como o resultado da simples soma dos mesmos, mas como um todo formado por partes interdependentes entre si que têm que serem promovidos de forma conjunta e não individual.

ANEXO - A

A Curva de Kuznets

A hipótese da curva de Kuznets (no formato de U-invertido) apresenta três abordagens: uma para uma economia dual do modelo teórico da curva de Kuznets, a segunda usa mercados imperfeitos e teorias do crescimento e a terceira aborda escolhas políticas e mecanismos econômicos.

O modelo da curva em formato de U-invertido vem de sua hipótese para uma economia dual onde existe um setor agrícola e um setor industrial. Com o crescimento econômico a produtividade e o salário do setor industrial cresceriam mais rápido que o setor agrícola, criando uma tendência de migração da população para o setor industrial onde a renda *per capita* cresce mais rápido que no setor agrícola, mas esses trabalhadores não seriam aceitos num primeiro momento pela exigência de qualificação aumentando a desigualdade de renda. No longo prazo com a qualificação destes o emprego seria alcançado no setor industrial e a renda seria distribuída menos desigualmente no setor urbano-industrial que segundo a teoria concentra a maior parte da população. A hipótese básica é que o crescimento da renda *per capita* aumenta a desigualdade de renda da população no curto prazo e posteriormente com o crescimento da renda a tendência se inverte diminuindo a desigualdade de renda (Salvato, *et al.* 2006a)

A segunda aborda modelos de crescimento econômico combinada com um mercado de crédito imperfeito. Onde as informações dos projetos dos tomadores de empréstimos não são plenamente conhecidas pelo mercado. Essa falha de informação torna a disponibilidade de crédito reduzida onde apenas os empresários muito ricos poderão financiar os projetos. Ao combinar o mercado imperfeito e a teoria do crescimento econômico neoclássica com o altruísmo encontram-se evidências da curva de Kuznets (Banerjee apud Jacinto e Tejada, 2004).

A terceira utiliza um modelo que faz uma interação entre a escolha política do eleitor e o mecanismo econômico de distribuição de renda. Onde os projetos que visam distribuir os rendimentos entre capital e trabalho de forma a favorecer o

trabalhador ganhará as eleições. Se os recursos já forem distribuídos de forma igualitária, a acumulação de capital será mais rápida (Tejada, 2004).

Devido à limitação de recursos foi escolhido o modelo mais simples. A função geral que será usada neste trabalho para estimar a curva de Kuznets apresenta formato quadrático:

$$L = \beta_0 + \beta_1 Y + \beta_2 Y^2 + \varepsilon$$

Onde L é o índice de desigualdade (no caso Gini), Y a renda *per capita* de cada estado e ε representa os resíduos. Será feita uma regressão por mínimos quadrados ordinários para estimar essa função. Para obter uma curva com formato de “U invertido” para a curva estimada, é necessário que a seguinte condição seja satisfeita: o coeficiente β_1 tem que apresentar sinal positivo e o coeficiente β_2 tem que apresentar sinal negativo ($\beta_1 > 0$ e $\beta_2 < 0$). Assim a curva é positiva no início, atinge um ponto de máximo e torna-se negativa num segundo momento.

Resultados Empíricos

Foram estimados 2 modelos para testar a hipótese da curva de Kuznets para todos os estados do Brasil um sendo o modelo de efeitos fixos e outro o modelo de efeitos aleatórios. Os dois utilizaram o índice de Gini como variável dependente e renda *per capita* como variável explicativa.

O modelo de efeitos fixos pode ser formulado da seguinte forma:

$$L_{it} = a_i D_i + \beta_1 Y_{it} + \beta_2 Y_{it}^2 + \varepsilon_{it}$$

L representa o índice de desigualdade de Gini, a_i representa o intercepto de cada estado e D_i é uma variável *dummy* que assume valor zero quando se trata de outro estado que não o estudado e 1 quando se trata do estado estudado, assim ele exclui o efeito do intercepto de outros estados no estado estimado evitando que um estado rico

com intercepto alto de renda, por exemplo, influencie no estimador de um estado pobre assim como dos outros estados. Y é a renda *per capita* e ε representa os resíduos.

O modelo efeitos aleatórios pode ser formulado da seguinte forma:

$$L_{it} = a_i + \beta_1 Y_{it} + \beta_2 Y_{it}^2 + \varepsilon_{it}$$

Onde $a_i = a + u_i$ representa as características de cada estado. a é um intercepto constante no tempo e em cada estado e u_i é um erro aleatório que corresponde a particularidades de cada estado.

Os resultados do modelo "*within*" de efeitos fixos estão representados na tabela 1 e os resultados do modelo de efeitos aleatórios "*random*" estão representados na tabela 2.

Tabela 1 – Resultado do Modelo de Efeito fixos					
Variável		Coefficiente	Erro padrão	Estatística t	Pr (> t)
Renda capita	per	-2.7670e-02	2.6559e-03	-10.4185	0
(Renda capita)^2	per	7.9994e-04	9.6234e-05	8.3125	0
R ²		0.23463			
Teste F		57.6335 on 2 and 376 DF, p- value: < 2.22e- 16			

O modelo de efeitos fixos mostra que não teve como sinais de seus coeficientes os sinais esperados, pois o β_1 apresentou sinal negativo e o β_2 teve sinal positivo não atendendo a condição para a formação de uma curva no formato de U-invertido e sim uma curva em formato de U-normal. O coeficiente de determinação (R^2) apresentou baixo valor, ou seja, 23% da variação do índice de Gini é explicada pela variação na renda *per capita* dos estados. O valor p ($P > |t|$) indica que os betas são estatisticamente significantes, pois a probabilidade do coeficiente assumir valor 0 (zero) é praticamente nula. O ponto de renda mínimo para o qual a curva estimada começa a crescer é R\$ 17.295¹⁵. Para o baixo valor do R^2 alguns autores apontam que não é apenas o nível de desenvolvimento econômico (renda per capita) que determina se o

¹⁵ A base de dados usa reais de 2000 como base.

grau de desigualdade de renda aumenta ou diminui, pois existem outras variáveis que determinam a desigualdade:

“a natureza básica do sistema econômico, a estrutura de produção, a composição da pauta de exportações, padrões regionais, a estrutura empregatícia, a distribuição de terra e capital, o estágio de desenvolvimento do mercado de capitais, o nível e a desigualdade da distribuição de capital humano e a distribuição de renda social” (Fields, 2001, p. 69-70 apud Salvato, *et al.* 2006a).

Outra explicação para encontrarmos uma curva no formato de um U-normal, além do baixo coeficiente de determinação, Salvato et al aponta que “a existência de diferentes trajetórias de desenvolvimento dos municípios (devido a características específicas), o que revela oportuno partir para uma análise em painel” (Salvato *et al.*, p. 14). Também contribui o fato de a desigualdade na distribuição de terras, como já apontado neste trabalho, é uma característica do Brasil e é maior em alguns estados.

Tabela 2 – Resultado do Modelo de Efeito Aleatório

Variável		Coefficiente	Erro padrão	Estatística t	Pr (> t)
Intercepto		6.4715e-01	9.5559e-03	67.7222	< 2.2e-16
Renda per capita	per	-1.9377e-02	2.0896e-03	-9.2729	0
(Renda per capita)^2	per	6.5805e-04	8.6077e-05	7.6449	0
R²		0.18192			
Teste F		44.6962 on 2 and 402 DF, p- value: < 2.22e- 16			

O modelo de efeitos aleatórios mostra também que não teve os sinais esperados de seus coeficientes, pois o β_1 apresentou sinal negativo e o β_2 teve sinal positivo não atendendo a condição para a formação de uma curva no formato de U-invertido e sim uma curva em formato de U-normal. O coeficiente de determinação (R^2) apresentou baixo valor, ou seja, 18% da variação do índice de Gini é explicada pela variação na renda *per capita* dos estados. O valor p ($P>|t|$) indica que os betas são estatisticamente significantes. O ponto de renda mínimo para o qual a curva estimada começa a crescer é R\$ 14.723.

Foi realizado um teste de Hausman¹⁶ para decidir qual modelo é mais apropriado e que apresenta mais consistência. O modelo apontado como mais apropriado foi o modelo de efeitos fixos.

¹⁶O teste de Hausman é utilizado para decidir qual dos modelos é o mais apropriado: o modelo de efeitos aleatórios (H_0) ou o modelo de efeitos fixos (H_1).

Referências Bibliográficas

Araújo, Carlos Augusto Lucena , e Clarisse Ferrão Pereira. **A indústria de confecções em Pernambuco: impactos e oportunidades em um cenário pós-ATC (Acordo sobre Têxteis e Confecções)**. SIMPEP. 6 de Novembro de 2006. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/233.pdf>. Acesso em: 1 de Agosto de 2012.

Borba, Jason Tadeu, João Ildebrando Bocchi, Pedro Hubertus Vivas Agüero, e Zilton Luiz Macedo. **Monografia para Economia**. São Paulo: Saraiva, 2004.

Caldas, RENATA DE MELO. **Causas da persistente desigualdade de renda em Alagoas: uma análise de decomposição do índice Theil-T**. SEER - UFAL . 1 de Julho de 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/viewFile/144/133>>. Acesso em 1 de Agosto de 2012.

Campos, José Nilson B. , e Ticiania Marinho de Carvalho Studart. **SECAS NO NORDESTE DO BRASIL: ORIGENS, CAUSAS E SOLUÇÕES**. *Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental (DEHA)*. 8 de Junho de 2001. Disponível em:<http://www.deha.ufc.br/ticiania/Arquivos/Publicacoes/Congressos/2001/Secas_no_Nordeste_do_Brasil_08_de_junho_def.pdf>. Acesso em:11 de março de 2012.

Economia, Ecologia e o Ser Humano: Novos Paradigmas para a Vida Sustentável. Direção: Mauro Muraro. Produção: Mauro Muraro. Elenco: Fritjof Capra. 2003.DVD-Video.

Chauí, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 14. Edição. São Paulo: Ática, 2010.

Costa, Fernanda Doz. **Pobreza e direitos humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas - um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais.** *Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos*, 2008: 86-115.

Crespo, Antônio Pedro Albernaz, e Elaine Gurovitz. **MULTIDIMENSIONAL, A POBREZA COMO UM FENÔMENO.** *RAE-eletrônica*. São Paulo., SP, 1 de jul-dez de 2002.

Darwin, Charles. **Sobre a Origem das Espécies por Meio da Seleção Natural ou a Preservação de Raças Favorecidas na Luta pela Vida.** London: Editora Escala, 2008.

Desconsi, Cristiano. **OS CAMINHOS DA VOLTA PARA O MEIO RURAL - UM ESTUDO SOBRE O CASO DE ESPERANÇA DO SUL - RS.** Unicamp. 01 de novembro de 2007. Disponível em:<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/st3_cam_volta_meio_rur.pdf>. Acesso em:18 de abril de 2012.

Diário do Nordeste. **Diário do Nordeste - Recife e Fortaleza, campeãs em número de favelas.** 3 de Dezembro de 2006. Disponível em:<<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=386538>>. Acesso em:19 de Novembro de 2011.

Duarte, Renato. **Seca, pobreza e políticas públicas.** *Seca, pobreza e políticas públicas*. 1 de Julho de 2000 . Disponível em:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/pobreza/duarte.pdf>>. Acesso em:11 de Março de 2012.

Evangelista, Francisco Raimundo, e José Maria Marques de Carvalho. **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ÊXODO RURAL NO NORDESTE.** *BANCO DO NORDESTE DO BRASIL*. 9 de 11 de 2001. Disponível em:

<http://www.banconordeste.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irigacao/Docs/Algumas%20Consideracoes%20sobre%20o%20Exodo%20Rural%20no%20Nordeste.PDF>. Acesso em:9 de março de 2012.

Sou Feia Mas Tô Na Moda. Direção: Denise Garcia. Toscographics, 2005.

Gonçalves, Lêda. **Diário do Nordeste**. 26 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=593150>>. Acesso em:12 de novembro de 2011.

Graziano da Silva, José , e Mauro Eduardo Del Grossi. **O NOVO RURAL BRASILEIRO.** *Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR (org)*. 5 de março de 2000. Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/novo_rural_br.pdf>. Acesso em:20 de Abril de 2012.

Gremaud, Amaury Patrick. **Economia Brasileira Contemporânea.** São Paulo: Editora Atlas, 2006.

Grupo Planeta. **Enciclopédia Barsa Universal.** Vol. 12. Brasil: Planeta, 2007.

Hoffmann, Rodolfo. **Distribuição de Renda: Medidas De Desigualdade e Pobreza.** Ed. USP. 1998.

Jacinto, Paulo de Andrade , e César Augusto Oviedo Tejada. **DESIGUALDADE DE RENDA E CRESCIMENTO ECONÔMICO NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL: O QUE OS DADOS TÊM A DIZER?** *ANAIS DO XXXII ENCONTRO DE ECONOMIA DA ANPEC*. 2004. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A039.pdf>>. Acesso em:4 de Dezembro de 2011.

JONES, Charles I. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. São Paulo: Editora Campus, 2000.

Magalhães, Domiciano Marcos de. **Estudo da Pobreza no Vale do Paraíba**. São José dos Campos - SP: UNIVAP, 2004. Disponível em: <<http://biblioteca.univap.br/dados/000000/000000DA.pdf>>. Acesso em: 27 de Abril de 2012

Maia, Adriana Silva. **Efeitos do Programa Bolsa Família na redução da pobreza e distribuição de renda**. Cariri , Ceará , 15 de dezembro de 2003. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/46P.pdf>>. Acesso em 27 de Abril de 2012.

Marx, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. . São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006.

Melo, Patrícia Bandeira de. **MEGALÓPOLE RECIFE: cultura, pós-modernidade e cidadania**. *Revista do programa de pós-graduação em comunicação da universidade federal fluminense*, 2003: 23.

Mendes, Constantino Cronemberger , e Aristides Monteiro Neto. **Texto para discussão 1633 - PLANEJAMENTO, INSTRUMENTOS E RESULTADOS: AVALIAÇÃO**

DA COMPATIBILIDADE DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. *www.ipea.gov.br*. 15 de julho de 2011. Disponível em:

<www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1633_WEB.pdf>. Acesso em: 2 de Abril de 2012.

PNUD. **ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL.** Brasília, DF, 1 de março de 2000.

Pomponet, André Silva. **100 anos de DNOCS: marchas e contra manchas da convivência com as secas.** Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. 2 de Março de 2009. Disponível em:

<http://www.sei.ba.gov.br/site/publicacoes/sumarios/c&p162/c&p162_pag_58.pdf>. Acesso em 27 de Abril de 2012.

Rocha, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2003.

Salvato, Márcio Antônio , Patrícia Silva Alvarenga, Cristina Soares França, e Ari Francisco de Araujo Junior. **Crescimento e Desigualdade: evidências da Curva de Kuznets para os municípios de Minas Gerais - 1991/2000.** *site do IBmec*. 1 de janeiro de 2006a. Disponível em:

<<http://www.casosdesucesso.sebrae.com.br/include/arquivo.aspx/238.pdf>>. Acesso em: 1 de Novembro de 2012.

Santos, José Moacir dos. **SECA É SECA, FALTA DE ÁGUA É POLÍTICA.** *O IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada*. 1 de julho de 2008. Disponível em: <<http://www.irpaa.org/publicacoes/artigos/seca-e-politica.pdf>>. Acesso em: 11 de março de 2012.

Santos, Larissa , e Celia Lessa Kerstenetzky. **Pobreza como privação de liberdade: o caso da favela do Vidigal no Rio de Janeiro.** *Universidade Federal Fluminense*. 1 de Agosto de 2007. Disponível em:
<http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD223.pdf>. Acesso em: 2012 de Abril de 27.

SCHNEIDER, Sergio. **As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas.** UFRGS. 30 de julho de 2005. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/384.pdf>>. Acesso em: 16 de Abril de 2012.

Sen, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Senna, Mônica de Castro Maia , Luciene Burlandy, Giselle Lavinias Monnerat, Vanessa Schottz, e Rosana Magalhães. **Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?** Scielo 2007. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a10.pdf>>. Acesso em 27 de Abril de 2012.

Souza, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico.** 5.edição revisada. São Paulo: Ed. Atlas, 2005.